AGRICULTURA SOCIALISTA

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 8 AGOSTO DE 1988

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
-8.IX.88
RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO
0063 0

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

FGV - SAO PAULO
AV. NOVE DE JULHO 2029
01313-SAO PAULO-SP

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**; v a g o **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(oleaginosas, trigo e uva)**; v a g o **(café)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; e Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 551-6948; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Brena Paulo Magno Fernandes, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo e Marcos Arzua Barbosa.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 e 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1–	,n.1–	1977–
1977		
mensal		CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22.250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

NOVO ENDEREÇO

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

A situação da economia internacional apresenta agora mais incertezas do que há alguns meses. Afinal, é possível que se esteja encerrando um relativamente prolongado ciclo de expansão das atividades econômicas no principal país capitalista. A controvertida experiência da ***Reaganomics*** *talvez seja substituída por maior preocupação com os déficits comerciais e a dívida interna dos* ***EUA****, o que afetará sobremaneira países periféricos, entre eles, evidentemente, o* ***Brasil****, já prejudicado por medidas protecionistas e pelo emprego de subsídios à agricultura nos países desenvolvidos.*

Assiste-se, ainda, em escala mundial, à aceleração dos primeiros passos de alguns grupos de nações, com vistas à integração de seus mercados em unidades econômicas maiores, para enfrentarem os desafios do século XXI. É o caso da maior aproximação entre os ***Estados Unidos da América*** *e o* ***Canadá****, dos países asiáticos recentemente industrializados, e o que mais se destaca, a tão aguardada união européia, a partir de 1992. Também o mundo socialista procura acertar sua marcha em conjunto.*

O presente número de ***Agroanalysis*** *aborda um dos mais relevantes processos hodiernos de rápida transformação das sociedades, e seus reflexos sobre a agricultura. Trata-se da tentativa, até então aparentemente bem sucedida, de reformulação das economias de dois dos mais importantes países socialistas:* ***União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*** *e* ***República Popular da China****. Juntas, abrigam mais de 1,4 bilhão de habitantes (quase 30% do mundo) e, em seus esforços para alimentar e vestir tamanha população, influenciam substancialmente os preços internacionais das mercadorias agrícolas.*

Neste número figuram, mais, matérias referentes ao funcionamento dos ***mercados futuros*** *e à situação de uma das principais lavouras brasileiras, a do arroz, às voltas com problemas de superoferta. Na seção* ***Acompanhamento Conjuntural da Agropecuária****, apresentam-se pequenos comentários relativos à evolução recente da cultura do amendoim, em retração no país, mas bafejada no exterior, pela quebra da safra norte-americana de soja. Também se poderá ler sobre a fixação dos* ***Valores Básicos de Custeio****, para a safra 1988/89.*

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- **Arroz** 2

ENSAIOS ESPECIAIS
- **Agricultura em dois países socialistas** 7
- **Os mercados futuros e a agricultura** 14

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- **Amendoim - mercado externo** 19
- **Amendoim - mercado interno** 20
- **Valores Básicos de Custeio** 21

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 22

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- **Mercado Externo** 26
- **Mercado Interno** 28
- **Relativos** 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ARROZ

Os mecanismos de intervenção governamental no mercado não chegaram a ser acionados, embora os preços tenham, já em maio, superado o limite estabelecido. Podem ter ocorrido quedas ***artificiais*** *dos preços, com o intuito de impedir a venda automática dos estoques oficiais.*

As dificuldades geradas pela alternância de situações de escassez e de abundância, observadas nos anos recentes no mercado arrozeiro, parecem ter atingido agora o seu momento crucial. De fato, o atual suprimento alcança níveis sem precedentes, em cuja composição se inseria, no início do procedimento é essencial. Entretanto, de 1983 a 1986, observou-se declínio anual dos estoques de passagem e se acentuou seu afastamento em relação ao que se considera prudente manter como reserva mínima de segurança[1]. No inicio da safra 1985/86, estes estoques deveriam ser de 1,28 milhão de t e, no entanto, estoque mínimo. Era uma quantidade bastante reduzida (646 mil t) e, ainda em 1985, foram autorizadas as importações para o ano seguinte. Apesar da expansão atípica do consumo verificada em 1986, derivada do **Plano de Estabilização Econômica**, o total das importações a serem **internalizadas** no decorrer do ano lo-

QUADRO 01 – ARROZ – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 1979/80 A 1987/88
(em mil t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	OFERTA		TOTAL	DEMANDA		ESTOQUE FINAL
		Produção	Importação		Consumo	Exportação	
1979/80	756	9.638	348	10.742	8.700	2	2.040
1980/81	2.040	8.228	209	10.477	9.000	73	1.404
1981/82	1.404	9.155	203	10.762	9.100	18	1.644
1982/83	1.644	8.224	465	10.338	9.150	12	1.171
1983/84	1.711	8.991	91	10.253	9.200	2	1.051
1984/85	1.051	8.760	500	10.311	9.660	5	646
1985/86	646	9.813	2.074	12.533	10.240	6	2.287
1986/87	2.287	10.578	235[1]	13.100	9.600[2]	5	3.495
1987/88[2]	3.495	11.770	235[1]	15.500	9.840	500	5.160

FONTE – CFP.
1 Protocolo de Expansão Comercial.
2 estimativa de maio/88

ano, um estoque de passagem da safra anterior equivalente a 4,3 meses do consumo projetado para 1988 (ver Quadro 01).

A necessidade de formação de estoques estratégicos que permitam controlar o abastecimento em casos de emergência está diretamente relacionada ao grau de vulnerabilidade da cultura a problemas climáticos. Para o arroz, lavoura básica bastante sujeita às frustrações de safra, este o excedente que se conseguiu deixar no final da safra 1984/85 correspondeu a pouco mais da metade deste go se mostrou excessivo, pois a estimativa de quebra de safra (intensamente propalada em função da estiagem) não se concretizou. Ao contrário, a safra colhida foi muito boa e a produção atingiu patamar recorde, sem que, no entanto, as importações fossem sustadas. Estes acontecimentos originaram elevação considerável do estoque remanescente daquele ano, em relação aos que haviam sido gerados nas safras ante-

1 Estes estoques podem ser dimensionados levando-se em conta o prazo necessário para que se efetuem as entradas das importações, em uma eventual crise de escassez. Um estoque remanescente equivalente a um mês e meio de consumo é, de um modo geral, considerado suficiente.

riores (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986).

Ao mesmo tempo em que, nos dois últimos anos, registraram-se acúmulos expressivos de estoques, em sua maior parte sob tutela oficial[2], a trajetória de crescimento da produção de 1985 a 1988 evidenciava as respostas advindas dos avanços tecnológicos aplicados à lavoura, sobretudo a irrigada, em coexistência com os reais estímulos da política agrícola (que, entre outros fatores, também havia influenciado o processo de restabelecimento da área ocupada pelos arrozais de **sequeiro** da região **Centro-Oeste**, a partir de 1985/86, onde a substituição pelo plantio da soja havia sido intensa). Neste contexto, a produção cresceu 27% no período 1985-88, estimando-se que esta última safra deverá alcançar um novo recorde e totalizar cerca de 11,8 milhões de t[3].

A questão é que, como contraponto a este fato (safras recordes consecutivas) está justamente a estagnação do consumo que, por sua vez, também contribuiu para a formação sucessiva de excedentes elevados. A retomada da auto-suficiência é, portanto, deste ponto de vista, ilusória, pois se o consumo tivesse crescido às taxas previstas no **Plano de Metas** (5% a.a.), a oferta interna, apesar de crescente, certamente não sustentaria a demanda e a composição dos estoques estratégicos.

Paradoxalmente, nos últimos meses, o comportamento do mercado não traduziu os efeitos comumente provocados por situações de excesso de oferta que, em geral, exercem pressões baixistas sobre os preços.

QUADRO 02 – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ARROZ 1976 – 88

ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976	6.656.480	9.757.079	1.465
1977	5.992.090	8.993.696	1.500
1978	5.623.515	7.296.142	1.297
1979	5.452.086	7.595.214	1.393
1980	6.243.138	9.775.720	1.565
1981	6.065.701	8.260.547	1.370
1982	6.016.255	9.718.074	1.615
1983	5.110.398	7.749.513	1.516
1984	5.356.267	9.021.610	1.684
1985	4.907.012	9.362.243	1.908
1986	5.590.927	10.404.676	1.861
1987	5.997.068	10.421.592	1.738
1988[1]	5.967.793	11.883.965	1.991

FONTE – IBGE.
1 Estimativa de junho.

Ao invés disso, após uma relativa estabilidade no período que antecedeu a nova safra, foi justamente à sua entrada que as cotações se recuperaram, notadamente nos dois primeiros níveis da comercialização (produtor e atacado). Note-se que, em janeiro, o arroz **agulhinha** no mercado atacadista de São Paulo custava, em média, Cz$ 773,75/fardo de 30 kg, passando a custar, em fevereiro, Cz$ 911,25/30 kg. Esta variação praticamente equivaleu à evolução da taxa inflacionária do período (17,6%, de acordo com o **IGP-DI**). A partir de março, contudo, quando a colheita ainda era incipiente, o mercado reagiu fortemente e as cotações no atacado do arroz **agulhinha** se elevaram de forma substancial: 43% em relação ao preço médio praticado em fevereiro. Desta forma, o mercado começava a se ajustar aos novos preços mínimos que, então, passariam a vigorar e em cujos patamares se manteria nos meses subseqüentes.

Conforme se observa no Gráfico 02, a valorização real do produto, este ano, vem sendo bastante expressiva. Tomando-se como base o mês de janeiro, constata-se que os preços do arroz **agulhinha** no atacado registraram, até junho, cresci-

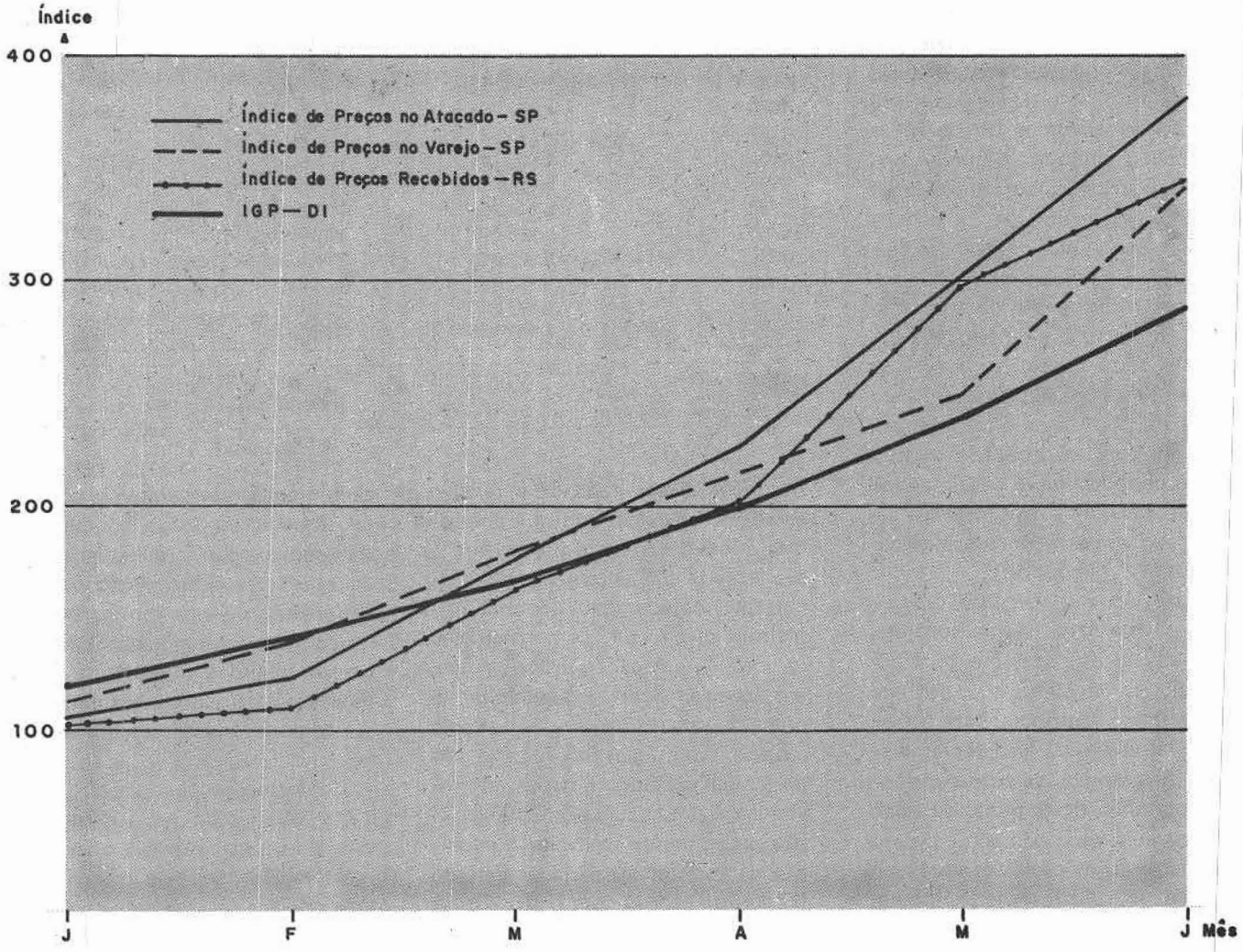


2 O procedimento, largamente utilizado pelo governo, de interferir no mercado através da venda subsidiada do produto em **AGF**, com o propósito de reequilibrar a oferta, praticamente afastou a iniciativa privada do mercado de estoques.

3 **IBGE.**

ARROZ – ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO E NO VAREJO DE SÃO PAULO E ÍNDICE DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL – JANEIRO A JUNHO DE 1988 – (DEZEMBRO DE 1987 = 100)

GRÁFICO 01



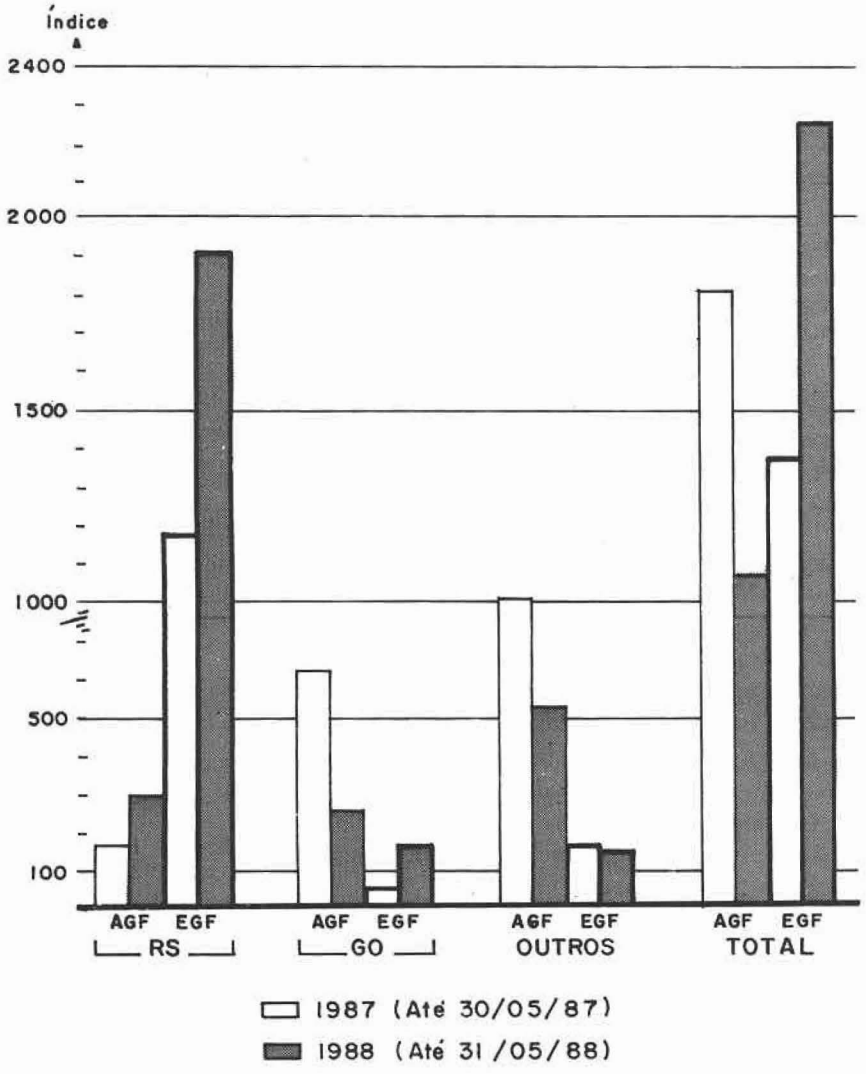
FONTE – FGV/Ibre/Cea e CFP.

mento real de 50% (subiram 262%, enquanto a taxa de inflação, medida pelo **IGP-DI** variou, neste mesmo período, 141%). Os preços recebidos pelos produtores também apresentaram variações acima da inflação e, em termos reais, cresceram 38%. A majoração no varejo foi mais modesta, ficando em torno de 25%. A **disparada** nos preços do arroz contribuiu, sem dúvida, para alimentar ainda mais as atuais pressões inflacionárias, visto que o produto participa com 9,5% no total dos gastos com alimentação das famílias urbanas e cerca de 4% no **IPC**, índice que mede a inflação oficial.

Recentemente, atribuiu-se aos aumentos reais nos preços de importantes produtos agrícolas, verificados neste primeiro semestre, um papel decisivo à ocorrência de novo surto inflacionário. A **CFP**, no entanto, considera que não se deve analisar a evolução altista dos preços do arroz nos meses recentes apenas em um contexto restrito: nos últimos dois anos, os preços do produto evoluíram aquém dos índices inflacionários e, desta forma, atuaram como **deflatores**. Sua recuperação atual constituiu, assim, nada mais do que uma tendência à recomposição desta defasagem em relação ao nível histórico das cotações e foi, sobretudo, resultado do próprio posiciona-

BRASIL – CONTRATAÇÕES DE ARROZ SOB AS RUBRICAS EGF E AGF – 1987 E 1988 – (em mil t)

GRÁFICO 02



FONTE – CFP

mento do governo, no sentido de criar condições de mercado menos controladas.

Foi exatamente a implementação efetiva desta nova política, alicerçada principalmente nas atuais normas de comercialização, que permitiu um melhor desempenho do mercado, contrariando todas as expectativas anteriores. Assim, de acordo com a **CFP**, o governo manteve 90% dos elevados estoques de passagem retidos neste primeiro semestre, afastando, temporariamente, o produto do mercado. Este fato, conjugado à existência de um fluxo adequado de recursos oficiais para financiamento da estocagem **(EGF)** e a aquisição **(AGF)** foi, portanto, determinante para **soltar** o mercado e promover a sustentação dos preços.

É importante observar também, conforme mostra o Gráfico 02 que, este ano, a quantidade de produto atrelado aos empréstimos do governo federal deverá superar substancialmente o montante formado pelas operações de **AGF**, invertendo a relação proporcional de tais contratações observada no ano passado, isto é, quando a quantidade de produto adquirido pela **CFP** ultrapassou a que havia sido vinculada a **EGF**. O Gráfico 02 aponta as posições das operações efetuadas até o princípio de junho, quando o processo de escoamento da safra encontrava-se em estágio bastante adiantado e já se visualizava a predominância dos financiamentos de estocagem (à época correspondentes a 68% do total do produto, que já se beneficiara da **Política de Garantia de Preços Mínimos**).

Esta reversão se atribuiu, em grande parte, ao próprio perfil de distribuição dos recursos oficiais no âmbito da **PGPM** este ano, quando o governo deu nítida preferência à alocação de verbas para os créditos de comercialização, para os quais houve realmente farta disponibilidade, confirmando, assim, o seu propósito de evitar intervenções diretas na compra de produto. Como se pode constatar, do total de recursos globais que haviam sido despendidos para a comercialização da safra 1987/88 até meados de junho, apenas 19% corresponderam à rubrica **AGF**.

Desta forma, a despeito de o produto se encontrar em plena safra, o

mercado prosseguia evoluindo em escalada altista e as cotações no atacado de São Paulo, desde maio, vinham **esbarrando** insistentemente nos preços de intervenção, então corrigidos segundo a variação mensal da **OTN**. O preço-teto que detonaria a liberação dos estoques governamentais estava estipulado, no início de junho, em Cz$ 2.626,00/30 kg para o arroz **agulhinha tipo longo**, enquanto o produto já estava sendo cotado na primeira semana do mês na **Bolsa de Cereais de São Paulo** a Cz$ 2.795,00/30 kg. Ressalte-se que, no final de maio, os preços já haviam superado o limite de intervenção, entretanto, o mercado não chegou a caracterizar a condição que acionaria a imediata colocação dos estoques à venda, ou seja, a permanência por quinze dias consecutivos de cotações superiores àquelas fixadas para a intervenção. Fontes ligadas ao mercado chegaram a sugerir a existência de um mecanismo que estaria descaracterizando a aplic. cão das normas: a queda artificial das cotações em pelo menos um dia. Entretanto, a própria possibilidade de o governo intervir na comercialização contribuiu para um arrefecimento no ritmo das elevações dos preços na ocasião.

A preocupação do governo e do mercado naquela conjuntura foi, logo a seguir, contornada. A portaria **MA nº 123**, de 10/06/88, retroativa a 1º de junho de 1988, formalizou uma nova sistemática de atualização dos preços de intervenção que, então, passariam a ser corrigidos de acordo com a variação da **OTN** fiscal, ou na sua ausência, pelo critério **pro rata tempore** da variação da **OTN**. A medida, que o governo considerou necessária, tendo em vista a possibilidade de haver importações[4] (que, neste caso, teriam que ser **internalizadas** com preços equalizados aos **preços de intervenção**, cujo critério de correção mensal estaria criando espaços e variações em relação ao **Imposto de Importação**, considerando a correção diária da taxa de câmbio), originou, em verdade, um limite ainda maior para as flutuações do mercado isentas de qualquer interferência.

No decorrer do mês de junho, entretanto, o próprio mercado reduziu a pressão de alta e se auto-regulou, influenciado pelo comportamento do varejo, cuja demanda por estoques já diminuíra sensivelmente, em função da perceptível dificuldade em repassar as constantes majorações de preços dos demais segmentos ao consumidor final. Ao mesmo tempo, porém, em que as cotações do arroz **agulhinha** começavam a se acomodar, os preços do arroz proveniente dos estados centrais (**sequeiro**) esboçaram reação, principalmente em São Paulo. O comportamento do preço relativo entre as duas variedades do produto, em uma conjuntura de renda deprimida como a atual, cedeu naturalmente espaço, no mercado, ao arroz de **sequeiro**, tradicionalmente mais barato, de qualidade inferior e preterido em relação ao **agulhinha**, sobretudo nos grandes centros urbanos. Segundo a **CFP**, os maquinistas se depararam, em julho, com a virtual falta de produto em casca para beneficiar, tanto em São Paulo como nos estados centrais (não havia estoques livres no mercado), o que justificou uma elevação ainda mais acentuada nos preços do arroz de **sequeiro**. No final de julho, estes já haviam apresentado uma variação de cerca de 20% em relação ao início do mês e superado por quinze dias consecutivos os preços de intervenção estabelecidos para a variedade. O governo, então, providenciou a liberação do seu estoque regulador de arroz de sequeiro, colocando para venda em leilão, inicialmente, cerca de 30 mil t, distribuídas em bolsas de mercadorias de cinco regiões (**Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo** e **Distrito Federal**). A **CFP** estima que, até o final do ano, deverão ser ofertadas nestes mesmos moldes cerca de 800 mil t de arroz de **sequeiro**, enquanto outras 700 mil t serão destinadas pelo governo à população carente, através de programas especiais.

Com relação às exportações de arroz **agulhinha**, o governo optou por conceder um subsídio máximo de 20% às operações (para eliminar o diferencial atualmente existente entre os preços internos e os do mercado internacional, que, apesar de afetado pela diminuição dos estoques mundiais em 1988 e pela redução na disponibilidade de produto para exportação, não transmitiu aos preços um efeito proporcional à importância dos fatores em questão). Este subsídio será embutido no preço de venda dos estoques oficiais à iniciativa privada, destinados a este fim, e seu valor irá depender do resultado de concorrência aberta pela **CFP** às empresas interessadas. Colocaram-se à disposição 350 mil t de arroz **agulhinha em casca** e 70 mil t de arroz **agulhinha beneficiado**. O governo acredita que a medida irá acarretar ampliação do consumo do arroz de **sequeiro**.

O início da liberação do produto proveniente dos estoques reguladores do governo no mercado coincidiu com o fim da correção mensal do preço mínimo (julho) e o término do prazo para **amortização** dos primeiros contratos de EGF desta safra, o que deverá contrabalançar a situação durante a entressafra. Leva-se em conta que a efetivação das exportações, por sua vez, certamente contribuirá para manter o **aquecimento** das cotações. A princípio, os preços deverão acompanhar o custo de remissão dos empréstimos de estocagem.

4 "Estas importações deverão ser feitas preferencialmente pelo setor privado, sujeitas a tratamento fiscal equivalente ao que está sujeita a comercialização interna e de tal forma que o custo de **internalização** do produto estrangeiro tenha um piso equivalente aos **preços de intervenção**" (**Portaria nº 36 MA**, de 22/02/88, **DOU**, 26/02/88. Ver **Preceitos de Política Agrícola**, em **Agroanalysis**, volume 12, nº 3, março de 1988).

ENSAIO ESPECIAL



AGRICULTURA EM DOIS PAÍSES SOCIALISTAS

Com o objetivo de alcançar, na **URSS**, os padrões alimentares dos países ocidentais desenvolvidos, a **perestroika** tornou mais suaves os controles governamentais sobre as várias fases do processo produtivo da agropecuária, incluindo a comercialização. Entretanto, persistem alguns obstáculos, dentre outros, a costumeira burocracia, o obsoletismo de máquinas e equipamentos utilizados pela indústria alimentícia e a insuficiente malha viária do país.

Na **República Popular da China**, também não são poucas as dificuldades para abastecer a população de gêneros alimentícios. Desde 1979, o governo vem procurando incentivar a atividade agrícola, através de instrumentos menos impositivos, subsídios para a aquisição de insumos e preços relativamente mais livres no mercado consumidor. Contudo, até agora, os resultados são insatisfatórios, ampliando-se os desequilíbrios entre a oferta e a demanda de importantes produtos.

1 – NA URSS

Com a aproximação do fim do segundo acordo de longo prazo para o fornecimento de cereais e oleaginosas dos **EUA à URSS**, reiniciam-se as conversações entre os dois países visando à sua renovação. O acordo ainda em vigor, com início em 1º/10/83 e fim em 30/09/88, foi firmado com o compromisso de a **URSS** adquirir um mínimo de 9 milhões de t/ano de milho e trigo aos **EUA**, com a possibilidade de até um milhão de t deste total ser substituído por 500 mil t de soja em grão e/ou farelo de soja. Além disso, durante qualquer um dos anos do acordo, a **URSS** poderia comprar a mais, sem consulta prévia, até 3 milhões de t de trigo e/ou milho.

O **USDA** estimou que, de julho de 1987 a junho de 1988, o total das compras soviéticas de cereais e oleaginosas será de 32 milhões de t, das quais 21 milhões de t serão de trigo, 10 milhões de t de grãos forrageiros e, o restante, de outros grãos de menor importância.

Esse total, o maior desde o recorde de 55,5 milhões de t importadas em 1984/85, faz parte das reformas implementadas pelo atual governo soviético. No caso, a estratégia é não só a de importar para estocar como, também, redirecionar as compras para países do bloco socialista, como forma de evitar o gasto de divisas estrangeiras. Em 1986, 70% das aquisições de carne pela **URSS** vieram de países de economia planificada e, em 1987, 2 milhões de t de milho foram adquiridas da **China** e outro tanto da **Iugoslávia**. Por outro lado, entre 1983/84 e 1986/87[1], a **União Soviética** adquiriu dos **EUA**, em média, 32% de todas as suas compras de trigo e de grãos forrageiros[2], contra 47% nos anos 1974/75 a 1982/83[1]. Obviamente, cresceram as aquisições de outros fornecedores, principalmente da **Comunidade Econômica Européia**, que supriu 18% das importações soviéticas destes produtos, entre 1983/84 e 1986/87[1] (apenas 3% entre 1974/75 e 1982/83)[1].

O objetivo explícito da **URSS** não é só o de se igualar aos padrões alimentares dos países ocidentais desenvolvidos mas, também, cobrir o tradicional **déficit** interno de alimentos.

A título de exemplo, o consumo anual **per capita** de carnes na **URSS** é de 62,5 kg, o que representa aproximadamente, 77% do nível registrado na **Europa Ocidental**. De fato, a produção soviética de carnes padece de deficiências crônicas, devido a problemas específicos de arraçoamento (ver Quadro 03).

Embora o país disponha de uma relação **pastagens forrageiras/rebanho**, mais de quatro vezes superior à da **Alemanha Ocidental** e 30% maior do que a norte-americana, o rendimento de seu gado é de duas a três vezes inferior. Isto ocorre, basicamente, porque muitos gerentes das propriedades agropecuárias subestimam a importância das forrageiras no desempenho da pecuária, destinando-lhes terras de qualidade infe-

1 Outubro/setembro.

2 Não há estatística isolada para o milho, embora se saiba que cerca de 93% das compras de grãos forrageiros da **URSS** aos **EUA** compõem-se de milho.

QUADRO 03 – URSS – PRODUÇÃO ANUAL DE CARNE (PESO DAS CARCAÇAS DOS ANIMAIS ABATIDOS) – 1970, 1980 E 1985-87
(Em milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	ANO				
	1970	1980	1985	1986	1987
Carne bovina	5,4	6,6	7,4	7,8[e]	nd
Carne suína	4,5	5,2	5,9	6,1[e]	nd
Carnes ovina e caprina	1,0	0,9	0,8	0,9	nd
Carne de aves	1,1	2,1	2,8	3,0[e]	nd
Outras carnes	0,3	0,3	0,2	0,2	nd
Total	12,3	15,1	17,1	18,0	18,6

FONTE – Agra Europe.
e – estimativa
nd – não disponível

rior e utilizando menos fertilizantes do que em outras culturas. No caso das pastagens, estima-se que apenas 6% dos 325 milhões de ha com elas ocupados são cultivados adequadamente.

Além do mais, as explorações pecuárias dispõem de pouca maquinaria destinada à colheita e ao processamento de alimentos para o gado. As instalações para a estocagem das rações são deficientes e o fornecimento de aditivos vitamínicos é reduzido.

Apesar de alguns progressos na remoção destes obstáculos, desde o início da atual década o peso médio da carcaça bovina permanece baixo, tendo sido de apenas 346 kg em 1986. O período de engorda animal aumentou, passando de vinte meses no triênio 1965-67, para 27 meses entre 1981 e 1986 (no caso dos suínos, existe a mesma deficiência, com a engorda demorando de treze a quatorze meses, quando não deveria ultrapassar os dez meses).

É de vital importância para a **URSS** a garantia de oferta de grãos para arraçoamento de alta qualidade, que propiciem o crescimento da produção de carnes. Assim sendo, não obstante as duas grandes safras consecutivas (1985/86 e 1986/87), as compras externas não se retraíram, pois as autoridades soviéticas aproveitaram a situação mundial de preços relativamente baixos dos cereais para aumentar os estoques internos.

De qualquer forma, persiste, dentro da **URSS**, o maior empecilho à concretização das metas delineadas nos planos qüinqüenais, qual seja, a ausência de maiores estímulos, em geral atribuída ao sistema estatal de produção[3]. Este fato, aliado às dificuldades climáticas em algumas regiões, poderá criar obstáculos à obtenção da produção, que está programada para 250 milhões de t, nos cinco anos próximos.

A mais curto prazo, a meta da agropecuária para 1988 foi fixada em 235 milhões de t de **grãos**[4] e 18,9 milhões de t de carnes, ou seja, incremento de 11% no primeiro caso e 4% no segundo, frente aos números de 1986 (ver Quadro 04).

Visando à sua efetivação, o governo procurou dar maior autonomia aos colcoses, mas mantendo as premissas básicas dos planos anuais e qüinqüenais. Reformulou, por exemplo, o sistema de financiamento destas unidades, tornando-as autofinanciáveis e totalmente autônomas financeiramente. Além disso, encorajou a competição entre elas e as unidades produtivas do Estado.

A ação governamental sobre estas últimas é considerada de extrema importância para o avanço da produção agropecuária, porque, atualmente, elas são 26,6 mil e agregam 12,5 milhões de trabalhadores (49% da mão-de-obra rural). Cobrem 170

QUADRO 04 – URSS – PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – PRODUTOS SELECIONADOS – MÉDIA 1981-85 E 1983-87
(Em milhões de t e bilhões de dúzias, para ovos)

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA	ANO				
	1981-85	1983	1984	1985	1986	1987
Grãos[1]	180,3	192,2	172,6	191,7	210,1	211,3
Beterraba	76,4	81,8	85,4	82,4	79,3	90,0
Batata-inglesa	78,4	82,9	85,5	73,0	87,2	75,9
Semente de girassol	5,0	5,1	4,5	5,2	5,3	6,1
Legumes	29,2	29,5	31,5	28,1	29,7	29,1
Algodão em caroço	8,3	nd	nd	nd	8,2	8,1
Frutas	10,4	11,5	10,0	10,5	11,5	7,9
Carnes	16,2	16,4	17,0	17,1	18,0	18,6
Leite	94,6	96,5	97,9	98,6	102,2	103,4
Ovos	74,4	75,1	76,5	77,3	80,7	82,1

FONTE – Agra Europe.
nd = não disponível.
1 trigo, grãos forrageiros e diversos tipos de feijões.

3 A lucratividade de 1/3 das propriedades coletivas do Estado é de menos de 10% e 13% delas registram prejuízos.

4 Trigo, grãos forrageiros e diversos tipos de leguminosas.

milhões de ha de terra agricultável (98,6% aráveis) e produzem 47% do produto agrícola bruto da **URSS.** Originaram-se das propriedades coletivas, nos anos 60 e 70, e agora a tendência é fazê-las retornar a sua forma original. A conseqüente maior liberdade é apontada como a motivação primordial. Ademais, elas passariam a dispor de independência também no que se refere ao planejamento e à gerência, já que, no sistema de propriedade estatal, estas duas funções são exercidas pelo poder central, que determina o **quê** e **quando** cada uma deve plantar e colher, assim como **para quem** vender a preços pré-estabelecidos.

O processo reformador denominado **perestroika** (reestruturação) contemplou os pequenos proprietários de terras, aumentando-lhes as oportunidades de investir na produção. A liberalização dos controles governamentais sobre a atividade agrícola envolve desde os direitos de propriedade e controle da terra, até a decisão quanto ao tamanho dos rebanhos e a maior facilidade na obtenção de insumos. Este fato é de grande significação, já que, embora apenas 5% da terra cultivada na **URSS** pertençam a estas unidades, elas fornecem 25% do produto agropecuário.

É verdade que existem grandes obstáculos internos para a concretização de certos pontos das reformas, tais como o desinteresse de muitas autoridades locais em incentivar os proprietários particulares de terras, terminando por criar dificuldade quando da entrega do produto aos centros de recebimento do Estado. Conseqüentemente, desestimula-se a atividade, o que acarreta queda na produção agropecuária. Isto significa um peso adicional sobre o setor público.

Também a título de exemplo, as autoridades atualmente se questionam quanto à origem da base material necessária à sustentação do programa, pois a produção soviética de

QUADRO 05 – URSS – PREÇOS MÉDIOS DE VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOS MERCADOS LIVRES[1] E NAS LOJAS DO ESTADO, E VENDAS TOTAIS REALIZADAS NOS MERCADOS LIVRES – JANEIRO DE 1988
(Em rublos/kg e mil t)

PRODUTO	PREÇO MÉDIO (rublo/kg)		VENDA (mil t)
	Mercado livre	Loja do Estado	Mercado livre
Batata-inglesa	0,71	0,10	33,1
Repolho	0,71	0,20	8,6
Cebola	0,63	0,50	8,2
Beterraba	0,83	0,15	2,0
Cenoura	0,70	0,25	8,5
Pepino	6,31	3,00	0,3
Tomate	5,61	2,00	0,3
Alho	3,77	2,00	1,3
Maçã	2,36	1,50	26,1
Carne bovina	5,01	2,00	3,8
Carne ovina	5,05	1,90	0,4
Carne suína	4,59	2,10	6,7
Manteiga	8,16	3,60	0,05

FONTE – Agra Europe.
1 Em 264 cidades; no país como um todo, as vendas nos mercados livres, em janeiro de 1988, foram 10% superiores às de um ano antes, e os preços, 6% superiores.

maquinaria para a indústria alimentícia não possui suporte técnico desenvolvido o suficiente para as necessidades atuais de processamento. Entre 1971 e 1985, a taxa anual de investimento neste ramo do **Setor Secundário** foi de 17%, contra 39% no **Setor Primário.** Além disso, 25% dos aproximadamente 4 milhões de trabalhadores da indústria de alimentos ainda desempenham funções puramente manuais. Outrossim, a disponibilidade de máquinas neste segmento restringe-se à metade das necessidades reais, e cerca de 70% das que se encontram em operação estão tecnologicamente defasadas. Cabe ainda dizer, por último, que apenas 30% destas máquinas são de aço inoxidável (em termos mundiais, o percentual é de 60%).

Visando à remoção destes entraves, a indústria soviética de máquinas para o processamento de alimentos foi recentemente colocada sob o controle do chamado **complexo militar-industrial,** a fim de atender, até 1995, quase todas as suas necessidades.

Em paralelo, persistem outros pontos de estrangulamento, tais como: a deficiência na produção de unidades armazenadoras pré-fabricadas e a insuficiente malha viária do país.

Por vezes, a fraca estrutura existente para a comercialização dos produtos agropecuários termina por realimentar o processo de escasso interesse na atividade por parte dos agricultores. Com efeito, o sistema de fornecimento destes bens aos consumidores, na **URSS,** funciona basicamente através das agências estatais, que são abastecidas pelos produtores e que revendem os alimentos a preços altamente subsidiados. O governo soviético, por seu turno, dá, tanto às unidades produtivas estatais quanto às coletivas, a prerrogativa de venderem privadamente (a atacadistas ou nos mercados agrícolas coletivos), o excedente de que porventura disponham, depois de abastecerem o Estado[5],

5 Num máximo de 30% do total do produto usualmente vendido para o Estado.

aproveitando os preços mais elevados lá vigentes. O benefício é extensível também aos pequenos produtores, membros ou não destas unidades (ver Quadro 05).

No entanto, pesquisa realizada em fins de 1987 revelou que apenas 3% das propriedades estatais e coletivas haviam realizado vendas diretas, devido a problemas que iam desde a baixa disponibilidade de mão-de-obra para efetuar as transações, até as dificuldades existentes para o transporte das mercadorias. Por outro lado, há críticas quanto à incapacidade de as unidades produtivas socializadas oferecerem alimentos a preços inferiores àqueles que o governo considera exagerados, e que são praticados pelos produtores particulares nos mercados agrícolas coletivos.

2 – NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A população chinesa está estimada, no presente ano, em quase 1,1 bilhão de habitantes, com projeção de 1,2 bilhão no limiar do século XXI. A garantia de alimentação para este contingente tem sido o principal problema enfrentado pelos governantes chineses, desde o início da **Revolução**, e a implantação do primeiro plano qüinqüenal de produção, em fins da década de 50. No início da atual década, mais de 2/3 da força de trabalho do país dedicavam-se à agricultura, contra apenas 1/5 nos países socialistas da **Europa Oriental** (ver Quadro 06).

No caso da produção de trigo, grãos forrageiros e arroz, do segundo ao sexto planos qüinqüenais (ou seja, de 1961[1] a 1985), o total mais do

QUADRO 06– CHINA – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES DA ECONOMIA NO PIB E NA FORÇA DE TRABALHO[1]

SETOR	PIB	FORÇA DE TRABALHO
Agricultura	36	69
Indústria	44	19
Serviços	20	12

FONTE – Banco Mundial.
1 Os dados do PIB referem-se ao ano de 1984 e os da força de trabalho, ao ano de 1980.

que triplicou, crescendo de menos de 100 milhões de t, para cerca de 310 milhões de t, de acordo com o **USDA** (ver Quadro 07). Assim, aumentou significativamente a disponibilidade **per capita**, tendo em vista que o crescimento populacional, no período, foi de 63%. No que se refere à carne suína, não se dispõe de dados anuais de produção para a década de 60, sabendo-se que, entre 1961 e 1965, foi de 7,8 milhões de t, de acordo com estimativa da **Fao**. Em 1985, teria alcançado 17,3 milhões de t, revelando evolução aproximada de 120% e aumento da disponibilidade **per capita** mais discreto do que o dos cereais. Semelhante foi o crescimento da produção de açúcar no período, totalizando 5,3 milhões de t em meados da presente década, também segundo a **Fao**.

No final do ano passado, o governo chinês determinou o racionamento de açúcar e de carne de porco em Beijing, a exemplo do que já ocorria em três outras grandes cidades chinesas. A venda de carne porcina ficou limitada a 1 kg/mês para cada habitante, enquanto famílias com até três membros poderiam adquirir 1 kg de açúcar/mês, quantidade que se eleva para 1,5 kg/mês no caso de famílias mais numerosas.

Muito embora em maio passado tenha sido divulgado oficialmente que o racionamento da carne seria suspenso, o fato é bastante elucidativo quanto às condições atuais de abastecimento de gêneros alimentícios na **China**.

Na verdade, a despeito de o país ter conseguido aumentar a oferta dos produtos que formam o tripé da agropecuária chinesa, não têm sido poucas as dificuldades registradas no abastecimento, especialmente a partir de fins da década passada.

Em 1979, o governo iniciou um processo de "renovação" cultural e econômica da sociedade chinesa, buscando retirar o país de seu isolamento. Na agricultura, no bojo das modificações que visavam a incentivar a atividade econômica, inseriram-se alterações na posse da terra, que passou a ser arrendada a longo prazo, com as decisões quanto ao seu uso passando à responsabilidade única dos agricultores[2].

As autoridades buscaram, com esta medida, estancar o processo de defasagem entre a oferta e a demanda de alimentos, através do interesse que poderia despertar, junto aos agricultores, um modo de produção menos impositivo. Era necessário interromper o processo de diminuição da área cultivada no país, que se vinha realizando à taxa anual de 0,3%, desde fins da década de 50.

No entanto, apenas esta modificação não foi suficiente para sanar o problema que representa alimentar 1/4 da população mundial, dispondo de apenas 7% da terra agricultável do planeta. Houve conseqüências contraproducentes, como o fato de muitos agricultores terem passado, nesta nova fase, a orientar as opções de plantio em direção contrária aos interesses do Estado, devido ao desequilíbrio apresentado pela estrutura de preços dos produtos agrícolas na **China**.

1 Não se dispõe de dados anteriores à década de 60;

2 Recentemente, o governo concedeu aos agricultores a prerrogativa de delegarem seus direitos sobre a terra a terceiros, embora permaneça a propriedade estatal;

QUADRO 07 – CHINA – PRODUÇÃO DE TRIGO, GRÃOS FORRAGEIROS E ARROZ BENEFICIADO
(Médias em mil t)

PERÍODO	TRIGO	GRÃOS FORRAGEIROS	ARROZ
1960/65	18.238	40.630	46.637
1966/70	26.745	51.296	65.294
1971/75	34.767	60.892	81.786
1976/80	50.668	74.696	92.485
1981/85	70.496	86.302	110.960

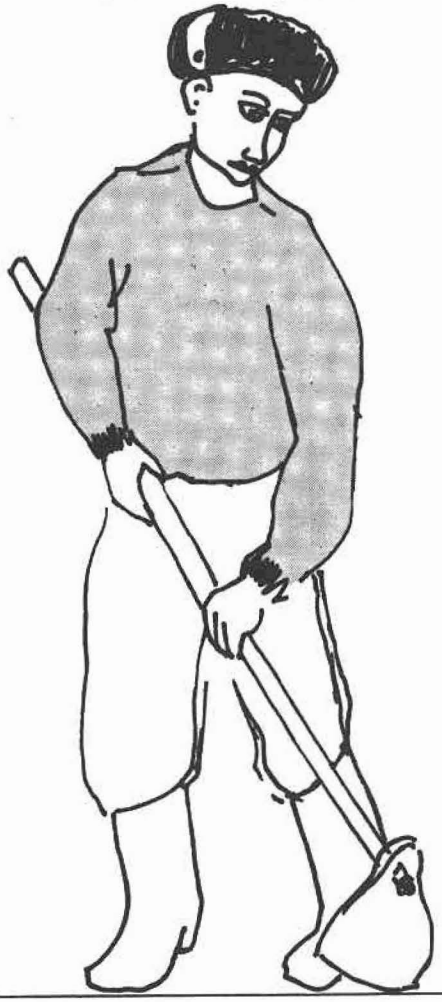
FONTE – USDA.

Muitos preços não refletem o custo e nem a relação entre a oferta e a demanda. O exemplo mais relevante diz respeito aos produtos alimentícios mais importantes da lavoura chinesa[3], caso em que os preços pagos ao produtor pelo Estado são afetados pelo subsídio de 50% aplicado nas vendas às populações urbanas. Obviamente, seus cultivos não são estimulados, ao contrário do consumo, o que gera descompasso entre a oferta e a demanda, situação que se torna ainda mais grave, devido ao crescimento populacional.

Além do mais, a divisão das propriedades comuns em pequenas unidades privadas acabou criando uma **massa** de pequenas propriedades não econômicas (atualmente, a área agrícola da **China** está decrescendo à razão de 400 mil ha/ano), enquanto a população passou a preferir o trabalho nas indústrias rurais (lojas de consertos, serviços, processamento e comércio de produtos agrícolas).

Adicionalmente, com a suspensão, a partir de 1984, da obrigatoriedade de encaminhamento da produção agrícola às companhias estatais de comercialização, podendo ser livremente vendida pelos produtores, os gêneros de menor disponibilidade tiveram valorização considerável nas áreas urbanas, estimulando novos plantios. O exemplo mais destacado foi o das frutas cítricas, cuja produção quintuplicou entre 1978 e 1986, atingindo 2,1 milhões de t, e com perspectiva de triplicar até o ano 2000.

Outros fatores colaboraram para agravar o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de produtos agrícolas na **China**, no fim do ano passado. Em primeiro lugar, desde a colheita recorde dos principais produtos, anteriormente referidos, de 407 milhões de t, em 1984, o governo chinês negligenciou os investimentos no **Setor Agrícola**, a tal ponto que os recursos aplicados em 1985 foram os mais baixos desde 1949. Por outro lado, o custo médio de produção não cessou de crescer, avançando 51% entre 1978 e 1985. Continua grande o atraso tecnológico na agropecuária chinesa, em que a maioria dos camponeses utiliza ferramentas manuais nas várias etapas do processo produtivo.



Ao mesmo tempo, o governo proveu os trabalhadores industriais com bônus para a compra de gêneros alimentícios em quantidade incompatível com o crescimento da produção (entre janeiro e setembro de 1987, o valor destes bônus expandiu-se 45% em comparação com igual período do ano anterior).

Além do mais, a estratégia adotada para o desenvolvimento com ênfase no avanço industrial das regiões litorâneas do país, visando a transformar a costa em áreas de processamento industrial de produtos de exportação, acentuou as dificuldades. No ano passado, a elevada taxa de 14,2% de crescimento industrial e o paralelo aumento do emprego neste **Setor**, fez crescer a demanda de alguns gêneros alimentícios, o que tornou mais difícil o abastecimento. A inflação subiu para 7,5%[4], taxa anual das mais elevadas desde 1949.

Em suma, o atual dilema que se coloca às autoridades diz respeito à reversão do quadro de desestímulo à produção de alimentos básicos sem, no entanto, valerem-se do fácil recurso representado pelo retorno à concentração fundiária[5], ao mesmo

3 Arroz, trigo, milho, sorgo, milheto, outros cereais de menor importância, soja e tubérculos;

4 Muito embora analistas ocidentais a estimem entre 20 e 30%;

5 Não foram benvindas pelos agricultores as tentativas isoladas feitas pelas autoridades neste sentido;



tempo em que se busca minimizar a necessidade de racionamento alimentar junto às populações urbanas.

As primeiras medidas já foram tomadas. Inicialmente, o governo abandonou, pelos próximos cinco anos, o projeto de desenvolvimento industrial na região costeira, que os "reformistas" acreditavam ser capaz de fornecer ao país as divisas necessárias para o financiamento da indústria pesada e da agricultura nas áreas interioranas.

Por outro lado, foram aumentados os preços pagos aos produtores de **grãos** e de açúcar, a partir de abril passado, simultaneamente à decisão das autoridades, de adquirirem apenas 50 milhões de t da produção prevista dos mais importantes gêneros alimentícios, deixando que o resto fosse comercializado no mercado, a preços entre 30% e 50% superiores aos do governo (o total a ser adquirido pelo governo corresponderá a apenas 12% da produção prevista do país, contra 21% no ano passado).

Outras medidas recém-adotadas dizem respeito à tentativa de redução do diferencial de crescimento entre a agricultura e a indústria, através da criação de um fundo de reserva de recursos para os produtos agrícolas mais importantes.

Em 1987, o governo agraciou os agricultores que venderam os produtos de suas lavouras ao Estado, com o **repasse**, a preços relativamente baixos, de fertilizantes químicos e óleo **Diesel**. Ao mesmo tempo, ampliou o programa de divulgação de métodos agropecuários modernos, que vão desde sistemas de irrigação poupadores de água, até tecnologia de transporte para produtos perecíveis, concentrando-se, atualmente, na expansão, tanto da área quanto da produtividade da cultura de arroz híbrido[6].

Por fim, as autoridades promoveram a criação de zonas de desenvolvimento agrícola que atraiam investimentos: a meta de produção agrícola de 450 milhões de t dos principais produtos (ver nota 3) proposta para 1990, seria alcançável, através não só de projeto de melhoria do rendimento agrícola, em 13 milhões de ha de áreas de baixa produtividade, localizadas nos vales dos rios no nordeste do país, como também mediante o aproveitamento de 670 mil ha de terras não utilizadas nos deltas dos rios da parte setentrional.

A questão mais preocupante porém, diz respeito à disponibilidade de proteínas animais na **China**. Desde 1983, a evolução anual da produção agrícola do país variou entre 2% e 3%, enquanto o crescimento do consumo de carne, frango, ovos e peixe avançou cerca de 10%. Presentemente, o consumo de carne nos países ocidentais desenvolvidos é nove vezes maior do que o chinês, o de leite 120 vezes maior e o de peixe e ovos três vezes maior.

A produção animal na **China** é influenciada pela crônica baixa disponibilidade de forragem e de rações, que piorou por causa da estagnação da oferta de **grãos** nos últimos anos. A demanda atual de forragem no país chega a 60 milhões de t/ano, sendo que a produção interna de rações atendeu a apenas 15% do consumo, em 1987. Existem grandes entraves ao aumento da produção, tais como o equipamento obsoleto em uso e a reduzida disponibilidade de matérias-primas, o que coloca em risco a obtenção da meta governamental de se produzirem 50 milhões de t de rações, em 1990, e 120 milhões de t, no ano 2000.

A produção de carne suína (a de maior oferta, no país), foi prevista para o ano em curso em 18 milhoẽs de t, total semelhante ao estimado nos dois anos precedentes, significando disponibilidade **per capita** anual de menos de 20 kg. Os baixos preços pagos aos criadores e a contração da quantidade ofertada de grãos para o arraçoamento dos animais responsabilizaram-se por este descompasso que, recentemente, levou o governo a aumentar em 50% o preço no varejo da carne de porco, assim como a garantir subsídios aos criadores para a compra de 700 mil t de rações a preços controlados, até 1990, nas dez províncias concentra-

6 Em 1986, a área da cultura foi 81% maior do que a de 1981 e a produção duplicou, alcançando 5,8 milhões de t. Sobre o cultivo de arroz híbrido ver **Arroz** em **Agroanalysis**, vol. 9, nº 4, abril de 1985.

doras do rebanho.

Centralizando suas atenções na oferta agrícola de alimentos, o governo chinês fixou a meta de produção de 450 milhões de t, em 1990, e de 480 milhões para 500 milhões de t, no ano 2000 (contra 402 milhões de t no ano passado). Mesmo assim, a disponibilidade **per capita** passará de 365 kg/ano em 1986, para somente 400 kg/ano no final do século, patamar inferior aos níveis atuais dos países desenvolvidos (cerca de 2.000 kg/ano nos **EUA** e 600 kg/ano na **URSS**).

Na realidade, a tentativa de melhoria do padrão alimentar do povo apresenta um paradoxo. Isto porque, como o consumo **per capita** de proteínas animais é muito inferior ao dos países desenvolvidos do Ocidente, torna-se necessária a transformação de grandes quantidades de cereais e oleaginosas em alimentos para o gado, o que significa aperto considerável de sua disponibilidade para consumo humano. Por seu turno, a capacidade do país para importar estes produtos apresenta limitações, em razão de seu elevado **déficit** comercial e de suas escassas reservas internacionais, problema agravado pela dívida externa, estimada entre US$ 20 bilhões e US$ 29 bilhões.





O presente exercício exemplifica esta situação: com a ameaça de não conseguir alcançar a produção de 410 milhões de t prevista para 1988, especula-se que a **China** será obrigada a repetir o recorde de importação, da ordem de 16 milhões de t, verificado em 1987. A frustração da meta de produção vem sendo atribuída não só à defasagem dos preços dos produtos alimentícios mais importantes da lavoura chinesa em relação aos preços dos insumos, como fertilizantes e pesticidas, mas também à estiagem que, desde 1986, vem castigando a região nordeste do país, e a pragas de insetos que vêm dizimando principalmente os campos de arroz e de trigo.

Como se não bastassem estes problemas, o povo chinês passou a conviver com o processo inflacionário que se instalou no país desde o ano passado, subproduto, conforme se viu, da elevada taxa de crescimento do setor industrial, da reforma aplicada ao sistema de preços em outubro de 1984, com vistas a reduzir os subsídios estatais (mas que tem sido revista desde então) e do número excessivo de bônus fornecidos aos trabalhadores industriais, sem um avanço correspondente na produção de alimentos.

Para o ano em curso, as autoridades pretendem **apertar** o crédito, reduzir a expansão dos meios de pagamento e perseguir uma política fiscal mais rigorosa, como formas de tentar conter o processo inflacionário. Oficialmente, a inflação prevista é de 10%.

No entanto, o incentivo à agropecuária, no curto prazo, forçosamente passa pelo aumento da remuneração dos produtores, o que só não desemboca em incompatibilidade entre os preços no varejo e o poder de compra da população devido aos subsídios governamentais. Este é o caminho que vem sendo trilhado pelas autoridades: os preços de gêneros como carnes, ovos, açúcar e legumes vêm sendo paulatinamente liberados, ao mesmo tempo em que se põe em prática um programa de subsídio ao consumo das populações urbanas em várias cidades de menor porte, com vistas à sua extensão a Xangai e Beijing, à base de 10% da renda média anual, por mês. Em maio passado, após aumento de 50%, o quilograma da carne de porco em Beijing passou a custar 4,2 **yuans** enquanto a renda média urbana anual **per capita** na **China** não ultrapassa os 100 **yuans**.

A **grosso modo**, a agricultura chinesa precisaria crescer à taxa anual de 5% para acompanhar o crescimento do consumo, taxa que parece inatingível, considerando as atuais condições tecnológicas do **Setor** e sua estrutura produtiva. A curto prazo, portanto, tudo indica que crescerá o hiato entre a produção e a demanda alimentar na **China**.

***Irene Raguenet Troccoli**, economista do **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV**.*

OS MERCADOS FUTUROS E A AGRICULTURA

A necessidade de se reduzirem as despesas públicas com a política agrícola está na ordem do dia, não só no Brasil, como nas economias mais desenvolvidas. Para tanto, porém, torna-se necessário encontrar alternativas de proteção aos preços recebidos pelos agricultores. Uma delas poderá ser a participação nos mercados futuros.

Dada a possibilidade de uma menor participação futura do governo na agricultura, os especialistas começam a pensar em como o agricultor poderá adaptar-se. Examinam as estratégias e ferramentas que um agricultor deverá usar para limitar, ou dividir, os riscos de mudanças súbitas e dramáticas nos preços.

Segundo **Richard Heifner**, do **Serviço de Pesquisas Econômicas do USDA**, um dos instrumentos que os produtores rurais poderão aplicar gradualmente será o **contrato futuro.**

Segundo ele, o "uso de futuros e opções poderia tornar-se mais importante para os agricultores e pecuaristas dos **EUA**, em um ambiente agrícola onde o papel do governo na manutenção dos preços está decrescendo".

No presente, relativamente poucos agricultores usam diretamente os **mercados futuros**, mas uma expressiva percentagem depende das cotações nestes mercados. Muitos vendem suas mercadorias através de contratos a termo em dinheiro (**cash forward contract**), que têm por base **preços futuros.**

Agricultores e pecuaristas podem usar as transações **futuras** como o meio auxiliar de assegurar o retorno da colheita, ou do gado que ainda não estejam prontos para serem vendidos. Isto representa uma proteção de preço semelhante a um seguro, que também funciona para aqueles que esperam comprar mercadorias (como ração para o gado).

Trocando em miúdos, um **contrato futuro** é um acordo para comprar ou vender uma quantidade determinada de uma mercadoria, em uma data futura, por um preço préfixado. Vender **contratos futuros** é uma forma de **"antecipar um contrato"**, o que, basicamente, significa acertar o preço e outros termos de venda antes da entrega. Outras formas são as **opções de mercadorias** e o **contrato a termo em dinheiro** (uma opção dá ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo – neste caso um **contrato futuro** – durante um período determinado de tempo, por um preço estipulado).

*Um agricultor cuja produção não está coberta por **hedge** está especulando com o preço à vista que receberá pela mercadoria.*

Um agricultor pode usar **contratos futuros** para ajudar a garantir o preço a ser recebido pelo milho ou trigo que estão em desenvolvimento. Ou um fornecedor de ração para gado pode usar os **futuros** para fixar aproximadamente o preço a ser pago mais adiante pela ração. Essas transações são denominadas **"hedge"**, termo que significa **"estabelecer proteção"**.

Os **contratos futuros** são extremamente padronizados quanto à quantidade, qualidade, localização, período e método de entrega. Apenas o preço tem que ser decidido na hora da transação. Essa padronização facilita a obtenção de um acordo entre as partes interessadas.

Na **Bolsa de Mercadorias de Chicago**, um contrato de milho, por exemplo, estipula a entrega de 5 mil **bushels** de milho amarelo nº 2 em um entreposto aprovado em **Chicago, Toledo** ou **Saint Louis.**

Contratos de milho para entrega em março, maio, julho, setembro e dezembro próximos são negociados diariamente. Qualidades outras que não o milho nº 2 podem ser entregues por um preço diferencial. No entanto, liquidações de **contratos futuros** por entrega efetiva de mercadorias são raras. A maior parte é compensada por transações opostas antes do vencimento. Quando a entrega acontece, é feita através de um recibo de depósito em armazém.

Uma estratégia para limitar o risco

Os preços nos **mercados futuros** são determinados pela expectativa dos comerciantes quanto ao preço à vista no futuro. Os comerciantes estudam constantemente grande quantidade de informações sobre os vários aspectos da oferta e da demanda.

Os contratos entre os agricultores

e os compradores locais são denominados **contratos a termo em dinheiro.** Eles podem ser estipulados de forma a atender necessidades específicas, tais como quantidade, qualidade, tempo e local de entrega. O **contrato a termo em dinheiro** é um meio para os agricultores não somente proverem-se de uma proteção de preços, mas também para assegurarem um mercado para colheitas perecíveis, assim como frutas ou legumes. É uma maneira de os processadores assegurarem-se de uma oferta estável das mercadorias que precisam para manter suas fábricas operando.

Um estudo da **Commodity Futures Trading Commission** concluiu, há alguns anos, que somente sete por cento dos agricultores dos **EUA** usavam **futuros,** e muitos destes estavam aparentemente especulando (tentando ganhar dinheiro, pela compra e venda de contratos, antecipando as mudanças nos preços) em vez de fazer **hedge.**

Os agricultores que usam o **mercado futuro** tendem a ser os grandes produtores. As mercadorias objeto mais freqüente de **hedge** são: trigo, milho, soja, algodão, bovinos e suínos.

Segundo **Heifner,** o risco na agricultura e, por conseguinte, a importância da proteção da receita, aumenta na medida em que a escala da exploração agrícola torna-se maior, mais especializada e mais dependente de grandes quantidades de capital emprestado. Acrescenta ele que "muitos agricultores poderiam ganhar usando, em certas ocasiões **futuros** e **opções**".

Isso depende do programa de produção do indivíduo, de seu patrimônio líquido, do financiamento e da sua atitude em relação ao risco, bem como da situação corrente do mercado para o produto específico.

Usando os **futuros,** reduz-se o risco durante o período em que se mantém o contrato. O produtor que vendeu um **contrato futuro** não pode sofrer uma grande perda, caso os preços caiam, porque o preço de venda é efetivamente fixado pelo **contrato futuro** (porém, ele também não pode ganhar um lucro adicional se os preços sobem – ao menos não na quantidade de mercadoria coberta pelo contrato).

Conforme **Heifner,** o **hedge** geralmente não pode aumentar a média de retornos por unidade produzida, mas pode consentir na expansão da atividade, ao permitir maior uso de crédito, ou reduzir a quantidade de reservas financeiras necessárias". Ele acrescenta que o **hedge** pode reduzir o risco de preços nas colheitas estocadas ou do gado em crescimento em até 90%, ou mais. Para colheitas em desenvolvimento, que estão sujeitas a incertezas de rendimento físico, a redução de risco quanto à receita está provavelmente na faixa de 40% a 60%.

Alguns bancos e outros mutuantes requerem um **hedge,** seja com **contratos a termo, opções** ou **futuros,** antes de fazer um empréstimo no valor das mercadorias que estão sendo produzidas. Deste modo, o **hedge** pode ajudar os agricultores a obterem empréstimos para capital operacional.

Outros riscos são também distribuídos

Os comerciantes varejistas e os processadores são os principais usuários dos **mercados futuros** como meio de distribuir os riscos.

De acordo com **Heifner,** o **hedge** é particularmente efetivo para o comércio varejista e atividades de armazenagem e de processamento, nas quais o risco de rendimento físico não é o fator principal. Os **mercados futuros** são mais convenientes para firmas que compram e vendem freqüentemente e em grande quantidade.

Para **Heifner,** muitos dos que negociam **futuros** e **opções** são especuladores puros. Compram e vendem contratos somente para lucrar na antecipação de mudanças de preços. Os agricultores podem optar por especular, contudo, devem compreender que o sucesso depende inteiramente da habilidade de cada um em prognosticar os preços melhor do que os outros especuladores e que os riscos são elevados. Todavia, é a compra e venda por especuladores que auxilia a criar um mercado para os **hedgers.**

Como funciona o **hedge**? No momento em que um agricultor destina recursos para produzir uma colheita, incluindo a tomada de empréstimos operacionais, ele adquire a faculdade de vender **contratos futuros** para, essencialmente, fixar um preço para a colheita. A menos que esteja preparado para entregar efetivamente a mercadoria sob **contrato futuro** (o que a maioria dos **hedgers** não está), não terá uma garantia absoluta de preço. A razão é que quando vende sua colheita no **mercado à vista,** após tomar a posição contrária, liquidando, assim, a transação futura, a relação entre preço à vista e preço futuro pode ser diferente daquela que ele antecipou.

A diferença entre o preço à vista local e o preço futuro é denominada **base.** Uma vez que esta pode variar, o agricultor pode ganhar mais ou menos do que esperava.

Esta é a razão pela qual o estudo da **base local** é parte importante do uso dos **mercados futuros.**

Quanto custa comprar e vender **contratos futuros?** A comissão paga a um corretor pode variar. Comissões são negociadas e descontos são freqüentemente oferecidos. A usual comissão **round-term** (cobrindo ao mesmo tempo a venda de um contrato e a compra de um compensatório mais tarde) pode variar de US$50 a US$90 em um contrato padrão de 5 mil **bushels.** A US$ 1,85 o **bushel,** 5 mil **bushels** de milho somariam US$9.250.

Outro custo provável é o dos juros

de uma **conta de margem.** Uma pessoa, ao adquirir um contrato, não tem que pagar todo o custo de uma só vez, mas somente parte, usualmente de 5% a 10%. Isto é denominado **margem.** Maior ou menor **margem** pode ser exigida durante a vigência de um contrato, na medida em que o preço descer ou subir.

Os riscos de chamamento de **margem,** quando o corretor solicita o depósito de mais dinheiro na conta de **margem,** em decorrência de mudanças de **preços futuros,** é uma das desvantagens que muitos agricultores vêem em usar os **futuros.** Outros riscos estão presentes, também. Por exemplo, no caso de colheita fracassada, um agricultor que tiver feito **hedge** para sua colheita terá de resgatar o contrato com uma perda. Os economistas dizem que esta é uma razão para fazer **hedge** somente de parte da colheita esperada, até estar colhida e a produção garantida.

Heifner observa que, qualquer um que compra e vende mercadorias, ou outros ativos, tem riscos e incertezas, citando o declínio e a volatilidade que atingiram subitamente o mercado de ações em outubro passado. Os **preços futuros** caíram ao mesmo tempo, embora não tanto quanto as ações em geral. Por outro lado, um agricultor que não tem nenhuma forma de proteção de preço está aceitando os riscos inerentes ao mercado à vista.

Formas alternativas de venda antecipada

Muitos agricultores obtêm alguma proteção de preços sem se exporem às armadilhas potenciais da atuação direta no mercado futuro. O tipo de venda antecipada conhecida como **contrato a termo em dinheiro** pode tomar muitas formas diferentes. Uma é o **contrato de preço mínimo,** na qual um comprador local garante ao agricultor um preço mínimo. Se o preço sobe, o agricultor receberá mais do que o mínimo contratado. O agricultor é obrigado a entregar a mercadoria ao comprador local, tal como em todas as formas de **contratos antecipados.**

Em um **contrato com preço a ser fixado posteriormente,** o agricultor transfere a propriedade da mercadoria depois de a ter colhido e a entrega para ser transferida pelo comprador. O preço da transação é determinado posteriormente. O agricultor tem a opção de decidir quando, durante um período estipulado de tempo, receber o preço à vista divulgado localmente ou um preço baseado em **cotações futuras.**

As **opções** de mercadorias são uma ferramenta bastante nova de antecipar preços, tendo sido introduzidas na sua forma moderna apenas nos últimos três anos. Uma **opção,** comprada por um certo prêmio, confere ao comprador o direito de comprar ou vender um ativo durante um determinado período. No entanto, não lhe é exigido que use a **opção.** Caso o preço não lhe seja vantajoso, pode simplesmente deixar a **opção** expirar. Todavia, nesta situação, a despesa com o prêmio é perdida.

O direito de vender é uma **opção oferecida** e o direito de comprar é uma **opção comprada.** O comprador de **opção** pode escolher entre vários **preços de fechamento** – o preço de negociação, se a **opção** é exercida. Geralmente, ocorrem vários **preços de fechamento,** em níveis superiores e inferiores ao **preço futuro corrente.** Os **prêmios** aumentam à medida em que o nível selecionado de seguro de preço aumenta. Para as **opções oferecidas,** os prêmios aumentam quanto mais altos os **preços de fechamento.** Para as opções compradas, os prêmios aumentam quanto menores os **preços de fechamento.**

Diz **Heifner** que "as **opções** ampliam as alternativas de preços para os agricultores, e podem ser preferidas a **futuros** por muitos deles, mas elas não podem garantir maiores retornos médios do que os **futuros".** Ele aconselha os agricultores a estudarem cuidadosamente as várias alternativas de contrato antecipado, antes de tomar decisões comerciais.

Com as **opções,** ele relembra aos usuários potenciais que se você sabe seu custo adiantadamente, você não está sujeito a **chamamentos** de margem e você não perde a oportunidade de tirar vantagem de variações favoráveis de preços no mercado à vista, que podem ocorrer antes da **opção** expirar.

Consoante **Heifner,** as **opções** de mercadorias estão disponíveis, em várias bolsas, para trigo, milho, soja, bovinos, suínos e algodão. Tem havido um crescente uso de **opções oferecidas** (o direito de vender por um dado preço) por parte de fornecedores de ração para gado, desde que as **opções** de gado vivo se tornaram disponíveis, em 1985. Ele acrescenta que não se sabe exatamente quantos agricultores estão usando outras **opções** de mercadorias agrícolas.

Uma transição temporária

Para o agricultor que planeja usar os **futuros** pela primeira vez, a melhor preparação é um perfeito entendimento de como o mercado funciona. Com este entendimento, o agricultor pode determinar seus objetivos.

O **hedge,** convém relembrar, é somente um substituto temporário para uma transação à vista a ser posteriormente realizada com mercadoria física.

Segundo um antigo economista do **SPE,** "os **mercados futuros** são projetados para transferir riscos, não produtos".

De acordo com **Heifner,** muitos agricultores fazem **hedge** seletivamente. Quer dizer, uma colheita que

o agricultor vende antecipadamente, quando o preço da mercadoria parece mais propenso a descer do que a subir e um criador compra antecipadamente, quando o preço da ração parece mais propenso a subir. O problema, evidentemente, é saber em que direção o preço está mais propenso a mudar.

Alguém que perde muito dinheiro no ***mercado futuro*** *provavelmente tem ido além de um* ***hedge*** *seguro, praticando a especulação de risco.*

Dentre as razões que os agricultores dão para não usar os **mercados futuros** está aquela de que eles acreditam que transações deste tipo são por demais arriscadas e não entendem o que parece ser um sistema complicado. Diz o economista **Jerry Plato**, do **SPE**, que " os agricultores podem aprender os procedimentos com um pouco de estudo e alguma ajuda de profissionais". A ajuda de especialistas do **Serviço de Extensão** está disponível.

Ensina **Heifner** que "quando você ouvir que alguém tem perdido muito dinheiro no **mercado futuro**, isto é provavelmente um caso de afastamento de um **hedge** seguro para a prática da especulação de risco".

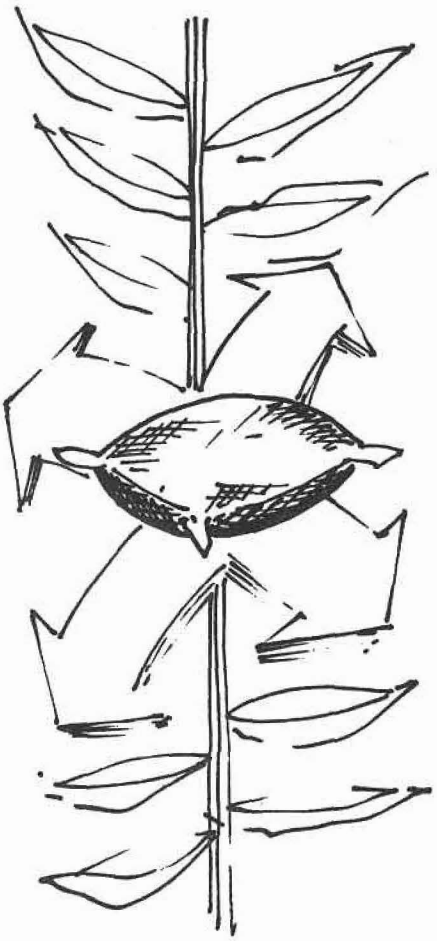
Os economistas do **SPE** aconselham os agricultores que fazem **hedge** a ter um plano e se ater a ele. Os **mercados futuros** movem-se rapidamente e, com freqüência, aleatoriamente, e um **hedger** sem um plano de negócios estará sujeito a ser iludido pela psicologia do momento, arriscando-se a cometer erros.

No dizer de **Heifner**, "o plano deveria ser orientado por custos individuais de produção, necessidades de fluxo de caixa, objetivos de lucro e disposição de assumir risco". Um exemplo de um plano de negócios pode ser fazer **hedge** para a metade da colheita esperada a um preço que cobrirá custos variáveis, tais como sementes, agrotóxicos, fertilizantes e combustível. O **hedge** pode ser feito para quantidades adicionais, na medida em que a produção tornar-se mais palpável.

Os economistas argumentam que a agricultura, inevitavelmente, envolve riscos de um tipo ou outro. Um agricultor cuja produção não está amparada por **hedge** está especulando com o preço à vista que receberá pela mercadoria. Segundo **Heifner**, "muitos agricultores estão acostumados a este tipo particular de risco e estão relativamente satisfeitos com este modo de especulação".

Menciona **Plato** que "a maioria dos agricultores receia os riscos pouco familiares de usar os **futuros** e **opções**". Este, porém, é outro instrumento, de que muitos podem beneficiar-se, se aprenderem como usá-lo cuidadosa e inteligentemente.

À medida que o governo provê menos proteção de preços, os agricultores estarão procurando outras formas de seguro, como os mercados **futuros**.



Um projeto ensinará aos agricultores a respeito dos futuros

Um projeto piloto para treinar os agricultores e pecuaristas dos **EUA** em negócios de **futuros** e **opções** está sendo programado para a próxima primavera, a fim de ser levado através do país a, no mínimo, quarenta municípios selecionados.

O programa demonstrativo foi determinado pela **Lei Agrícola** de 1985. Um comitê consultivo de treze membros de produtores, comerciantes, processadores e exportadores, nomeados pelo Ministro da Agricultura, está ajudando a selecionar os municípios e determinar os detalhes do projeto. Esses detalhes ainda estavam sendo elaborados quando a edição de **Farmline** foi impressa.

O projeto, que provavelmente se estenderá por 16 a 24 meses, lidará com o uso de **futuros** e **opções** para trigo, ração, soja e algodão. A diretiva menciona "um extensivo programa educacional para produtores, "que participarão na negociação de mercadorias em um **mercado futuro** ou **mercado de opções**, de maneira destinada a proteger e maximizar o retorno" das mercadorias que eles produzem e comercializam.

A mesma seção da **Lei Agrícola** de 1985 propunha, também, um estudo, que está sendo conduzido pelo **Serviço de Pesquisas Econômicas** do **USDA**, "para determinar a maneira pela qual **mercados futuros** e **mercado de opções** de mercadorias agrícolas devem ser usados pelos produtores para proporcionar estabilidade de preço e proteção de receita". O estudo destina-se, também, a determinar o "impacto orçamentário federal desta participação, comparada com o custo dos programas de sustentação de preços".

As conclusões deste estudo deverão ser relatadas aos **Comitês Agrícolas** da **Câmara** e do **Senado**, ao término de 1988. O economista do **SPE**, **Richard Heifner**, comanda esta equipe de estudo.

Baseado primariamente em informações fornecidas pelos economistas ***Richard Heifner*** *e* **Jerry Plato**, do **Commodity Economics Division, Serviço de Pesquisas Econômicas**, do **USDA**.



Aqui estão definições de alguns termos importantes usados no **mercado futuro** e outras formas de venda antecipada:

Base: A diferença entre o preço de um **contrato futuro** (usualmente **futuro mais próximo**) e o preço à vista local de uma mercadoria.

Bolsa de Mercadorias: Organização operando sob estatutos, destinados a promover o comércio de uma ou mais mercadorias, mediante serviços e regras relativos à condução do comércio.

Comprado: Posição de quem possui um ativo ou um contrato de preço fixado para comprar o ativo.

Contrato futuro: Contrato antecipado, transacionado em conformidade com os regulamentos de uma bolsa de mercadorias, com normas padronizadas de negociação e termos de entrega.

Contrato de opção: Contrato adquirido por uma determinada soma de dinheiro, que dá ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo ao preço estipulado durante um período de tempo especificado.

Contrato a termo: Acordo entre duas partes, que define direitos e deveres de entrega e pagamento de uma certa mercadoria, em uma data futura determinada.

Contrato a termo em dinheiro: Contrato antecipado que não é **contrato futuro** ou **opção.**

Fixação de preço deferida: Forma de contratação antecipada que determina preço através de fórmula a ser aplicada em uma data posterior. Também pode ser chamado **fixação de base,** quando a fórmula determina o preço em relação a um **preço futuro.**

Fixação de preço protelada: Tipo de **fixação de preço deferida** que estipula a transferência de título antes do preço estar determinado e a fixação final feita. Os contratos incluindo este tipo são algumas vezes chamados **"contratos de preços a posteriori".**

Hedge: Tomada de posição em um **contrato futuro** de mercadorias como um substituto temporário de uma transação à vista futura na mesma mercadoria, ou em uma mercadoria estreitamente conexa.

Liquidação: Encerramento de uma posição futura por uma transação oposta e semelhante.

Local de entrega: Local onde uma mercadoria pode ser entregue, cumprindo um **contrato futuro.**

Margem: Dinheiro ou garantia exigida, depositada por um cliente junto a um corretor, para assegurar o cumprimento de obrigações relativas a um contrato futuro.

Mês de entrega: Mês especificado durante o qual um **contrato futuro** expira e pode ser liquidado pela entrega.

Opção comprada: Contrato de opções que dá ao comprador o direito de comprar um bem por um preço especificado.

Opção oferecida: Contrato de **opção,** que dá ao comprador o direito de vender um ativo por um preço especificado.

Posição aberta: Posse de um contrato antecipado com preço fixado, especialmente um **contrato futuro.**

Preço de fechamento: Preço pelo qual um contrato de **opção** deve ser exercido.

Prêmio de opção: Quantia que o comprador da **opção** paga ao subscritor da **opção** pelo **contrato de opção.**

Risco de Base: Possibilidade de variações inesperadas na **base** e uma perda resultante na receita esperada, quando um **contrato futuro** é liquidado e a mercadoria é vendida à vista.

Subscritor de opção: Pessoa que vende um **contrato de opção,** recebe o prêmio e assume a obrigação de comprar ou vender o ativo pelo preço de fechamento.

Venda antecipada: Contrato antecipado, no qual o preço é fixado no momento em que o contrato é registrado.

Vendido: Posição de quem possui um contrato de preço fixado para vender um ativo.

*(Publicado originalmente em **"Farmline"**, de dezembro/janeiro de 1988. Tradução de **Roberto Cardoso W. Ribeiro**)*

AMENDOIM MERCADO EXTERNO

AMENDOIM – PRODUÇÃO MUNDIAL – 1987/88 E 1988/89 – (em mil t)

PAÍS	ÉPOCA DE COLHEITA	PRODUÇÃO 1987/88[1]	PRODUÇÃO 1988/89[2]
China	jul/out	4.000	4.400
Índia	out/abr	3.100	4.350
EUA	ago/set	1.230	1.200
Senegal	jan/fev	680	640
Indonésia	fev/jul	600	630
Nigéria	out/dez	475	500
Birmânia	ago/jan	460	465
Argentina	abr/mai	290	310
Vietnã	set/nov	210	190
Brasil	jan/jul	127	135
Mundo	...	13.398	15.146

[1] Preliminar; [2] previsão.

ÓLEO DE AMENDOIM – PRODUÇÃO MUNDIAL – 1986/87[1] A 1988/89[2] – (em mil t)

PAÍS	1986/87	1987/88[2]	1988/89[2]
China	1.289,1	1.281,7	1.426,7
Índia	1.195,2	762,6	1.222,5
Senegal	142,2	222,9	212,4
Birmânia	154,3	156,0	156,6
Sudão	101,1	86,8	86,6
Nigéria	61,2	71,1	76,0
EUA	65,8	70,9	71,8
Argentina	68,0	73,5	61,2
Brasil	49,6	44,3	48,9
CEE	14,1	20,5	21,5
Mundo	3.414,6	3.053,1	3.663,8

[1] De outubro a setembro; [2] previsão.

ÓLEO DE AMENDOIM – PREÇOS EM ROTERDÃ – 1985/86 A 1987/88 – (US$/t – Cif-Roterdã)

MÊS	1985/86	1986/87	1987/88
out	808	572	502
nov	911	551	481
dez	827	529	530
jan	701	520	540
fev	580	500	503
mar	541	484	501
abr	578	507	515
mai	578	525	541
jun	560	513	575*
jul	548	499	...
ago	561	467	...
set	469	534	...

FONTE – Oil Word. * Previsão.

A seca nas zonas de produção agrícola dos **EUA** vem repercutindo amplamente no mercado internacional de **commodities.** A quebra da produção da soja acarreta a alta das cotações de diversas **commodities,** beneficiando a produção de países concorrentes.

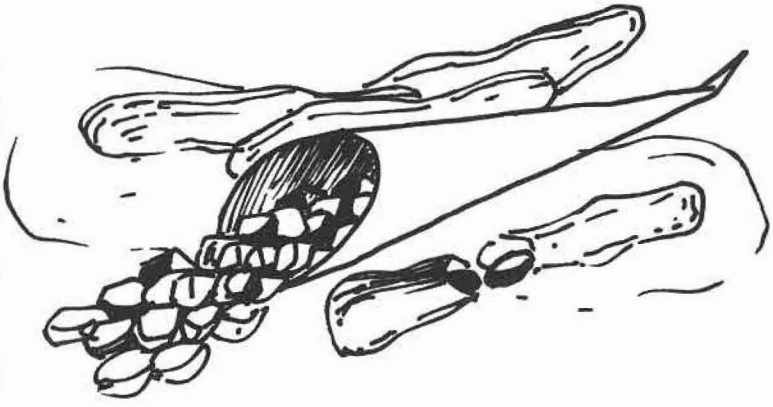
Em conseqüência, as cotações do óleo de amendoim em **Roterdã** apresentam rápida ascensão desde março, sendo estimadas pela revista alemã **"Oil World"** em US$ 575/t, para o mês de julho, a média mais alta desde maio de 1986.

Segundo a mesma fonte, estes preços elevados e condições climáticas favoráveis encorajaram os agricultores da **China** e da **Índia** (primeiro e segundo maiores produtores mundiais) e da **África,** a expandir seus cultivos de forma significativa para a safra 1988/89. Na **Índia** e na **África,** em linhas gerais, os rendimentos físicos deverão melhorar, em razão do início promissor da estação chuvosa e da expectativa de continuação de umidade suficiente.

A produção mundial deve aumentar 1,7 milhão de t, alcançando o recorde de 15,1 milhões de t. Somente a produção indiana aumentará 1,25 milhão de t.

Isto permitirá que o esmagamento mundial aumente 19% (1,5 milhão de t), embora se espere, também, maior emprego direto da semente na alimentação.

O comércio internacional deve atingir 1 milhão de t (+ 5,6% em relação à safra atual), a maior parte para consumo **in natura.**



AMENDOIM MERCADO INTERNO

AMENDOIM – PRODUÇÃO DA PRIMEIRA SAFRA 1987/88

UF	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
SP	58.323	111.890	1.918
RS	5.261	5.577	1.060
PR	3.384	5.510	1.628
MG	1.381	1.358	983
CE	895	833	931
MS	167	268	1.605
Outras	2.206	3.720	1.686
BRASIL	71.617	129.156	1.803

FONTE – IBGE.

AMENDOIM – PRODUÇÃO DA SEGUNDA SAFRA 1988

UF	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
SP	23.660	35.463	1.499
BA	3.054	4.309	1.411
SE	1.182	1.273	1.077
PB	1.174	1.110	945
MT	122	150	1.230
MS	180	135	750
Outras	1.802	1.695	941
BRASIL	31.174	44.135	1.416

FONTE – IBGE.

A produção brasileira de amendoim, em 1988, apresentou redução em razão da queda de 16% na primeira safra, já que a segunda teve expansão de 6,3%, em relação à do ano anterior. A área de plantio também se retraiu (35% na primeira safra e 4% na segunda).

Nos anos 80, a produção registrou declínio constante, exceto em 1985, quando cresceu 36,4% (no ano seguinte, porém, houve quebra de 36,3%).

Na primeira safra deste ano, apenas o Ceará, entre as unidades da Federação acompanhadas de forma individualizada pelo **IBGE** colheu mais (+ 74%) em área maior (+ 22%) do que no ano passado. São Paulo, que respondeu por 87% da produção, colheu – 14,2% em relação ao ano anterior. Sua área colhida foi 36% menor, mas o rendimento físico médio aumentou 34%.

O processo de decadência da lavoura é antigo (ver **Agroanalysis**, volume 11, número 11, novembro de 1987) e está associado ao domínio do mercado interno dos óleos vegetais pelo óleo de soja, derivado obtido obrigatoriamente quando do esmagamento para a produção do farelo. Restou ao óleo de amendoim o mercado externo em posição desvantajosa, por seus preços elevados. O grão, destinado ao consumo direto, por sua boa qualidade (apesar da aflatoxina) conseguiu algum espaço no exterior.

Abre-se, agora, possibilidade de melhoria das condições econômicas da lavoura. A seca nos **EUA** vem **aquecendo** o mercado internacional de oleaginosas e, segundo a **CFP**, finalmente, desde fevereiro último, os preços recebidos pelos agricultores brasileiros acompanham os custos de produção. As cotações mundiais prosseguem em alta.

AMENDOIM – PRODUÇÃO BRASILEIRA – SAFRAS 1986/87 E 1987/88

SAFRA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1ª safra	2ª safra	1ª safra	2ª safra	1ª safra	2ª safra
1986/87	109.968	32.407	153.687	41.532	1.398	1.282
1987/88	71.617	31.174	129.156	44.135	1.803	1.416

FONTE – IBGE.

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO SEGUNDO PRODUTOS E FAIXAS DE PRODUTIVIDADE SELECIONADOS

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Algodão	1601-1800
Arroz irrigado (Sul e Sudeste)	3601-4200
Arroz de sequeiro (Sul e Sudeste)	1001-1300
Feijão (safra das águas)	801-1000
Milho (Sul e Sudeste)	2001-2500
Milho (Centro-Oeste)	2001-2500
Soja (Sul e Sudeste)	1501-1750
Soja (Centro-Oeste)	1501-1750

VALORES EM OTN/HA

PRODUTO	SAFRA 1987/88	SAFRA 1988/89	VARIAÇÃO %
Algodão	48,05	49,66	3,4
Arroz irrigado (Sul e Sudeste)	38,53	40,40	4,9
Arroz de sequeiro (Sul e Sudeste)	13,07	14,37	9,9
Feijão (safra das águas)	22,78	24,48	7,5
Milho (Sul e Sudeste)	14,49	16,95	17,0
Milho (Centro-Oeste)	15,23	17,80	16,9
Soja (Sul e Sudeste)	18,31	22,52	23,0
Soja (Centro-Oeste)	19,21	23,65	23,1

VALORES EM CZ$/HA*

PRODUTO	SAFRA 1987/88	SAFRA 1988/89	VARIAÇÃO %
Algodão	14.921	66.401	345,0
Arroz irrigado (Sul e Sudeste)	11.965	54.020	351,5
Arroz de sequeiro (Sul e Sudeste)	4.059	19.214	373,4
Feijão (safra das águas)	7.074	32.733	362,7
Milho (Sul e Sudeste)	4.500	22.664	403,7
Milho (Centro-Oeste)	4.729	23.801	403,3
Soja (Sul e Sudeste)	5.686	30.112	429,6
Soja (Centro-Oeste)	5.965	31.623	430,1

FONTE – Bacen. Elaboração: FGV/Ibre/Cea.
*** VBC convertidos em Cz$ pelo valor da OTN de junho de 1987 e 1988, respectivamente.**

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES – VARIAÇÕES ACUMULADAS – JUNHO DE 1987/JUNHO DE 1988 – (%)

IGP	423,7
OTN	331,6
IPR-lavouras	484,5
IPR-lavouras PGPM	637,2
IPP	406,5
Relação de Trocas	115,4

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

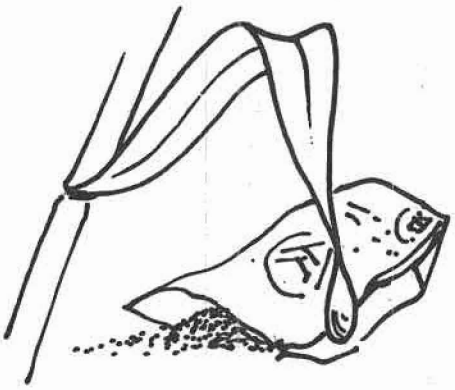
Os **Valores Básicos de Custeio** para a safra de verão 1988/89 foram fixados, a exemplo do que ocorreu no ano passado, em **OTN** e, na maioria dos casos, com aumento no número de **OTN.** É necessário, ainda, observar que houve vários casos de redução nos limites de adiantamento: para produtores de soja de qualquer porte, para grandes e médios produtores de arroz e para médios e pequenos produtores de algodão. Desta forma, o montante de crédito rural que os agricultores poderão usar para financiamento de suas lavouras reduzir-se-á em relação à safra passada.

Por outro lado, a comparação entre o valor em cruzados dos **VBC** vigentes nas duas últimas safras registra evolução desfavorável face a outros indicadores relevantes: o **IGP,** o **IPP** e o **IPR.** Enquanto o valor da **OTN** aumentou 331% de junho de 1987 a junho de 1988, o **IGP** cresceu 423%, o **IPP,** 406% e o **IPR**-lavouras, 484%.

Portanto, a variação positiva registrada nos **VBC** não acompanhou o aumento dos custos de produção, representados pelo **IPP.** A situação atingirá mais fortemente os produtores que utilizam tecnologia avançada, uma vez que os itens que registraram maiores elevações foram os serviços (uso de equipamento motomecanizado, 604% e agrotóxicos, 480%). O item que menos subiu foi a mão-de-obra, 273%.

Doutra parte, é necessario observar que a **Relação de Trocas (IPR/IPP)** tem-se mostrado favorável a partir de outubro de 1987. Esse resultado decorre, em boa medida, da implantação da nova política de comercialização, pela qual o governo tem tentado evitar que, a exemplo de anos anteriores, o preço mínimo fosse de fato um preço-teto; mas houve, também, uma decisiva influência das repercussões da seca norte-americana sobre os preços da soja que, no período, cresceram 653%.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA



AÇÚCAR E ÁLCOOL

A Resolução nº 2.205, de 11/05/88, do **IAA,** dentre outras disposições relativas à fixação do período oficial da safra 1988/89 nas diferentes regiões, aprova os contingentes de açúcar e álcool a serem produzidos (ver Quadro 09) no **Nordeste** (**D.O.U.,** de 13/08/88).

O **Ato nº 25,** de 22/06/88, do **IAA,** reajusta em 17% (ver Quadro 08) os preços da cana-de-açúcar, açúcar e álcool (**D.O.U.,** de 23/06/88).

QUADRO 08 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL		NORTE-NORDESTE
	Rio de Janeiro	Demais estados	
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)			
no campo	1.613,54	1.576,72	2.092,00
na esteira	2.194,47	2.154,77	2.812,28
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)			
Açúcar cristal **standard**	1.763,93	1.579,91	1.986,18
superior	1.890,32	1.706,30	2.112,57
especial	1.953,52	1.769,50	2.175,77
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]			
Açúcar cristal (Cz$/50 kg) **standard**	2.807,04	2.805,23	2.812,31
superior	2.961,85	2.960,05	2.967,13
especial	3.039,27	3.037,46	3.044,54
Álcool (Cz$/l)			
anidro	58,59	57,92	60,46
hidratado	55,45	54,82	57,27
Preços do açúcar e do álcool para exportação			
Açúcar demerara (Cz$/t)		27.950,17	28.075,21
cristal especial (Cz$/50 kg)		1.843,71	1.958,03
refinado granulado (Cz$/50 kg)		2.071,50	2.078,34
Álcool (Cz$/l)			
anidro	58,24	57,57	60,10
hidratado	55,11	54,49	56,93

FONTE – IAA, Ato nº 26, de 23/06/88.

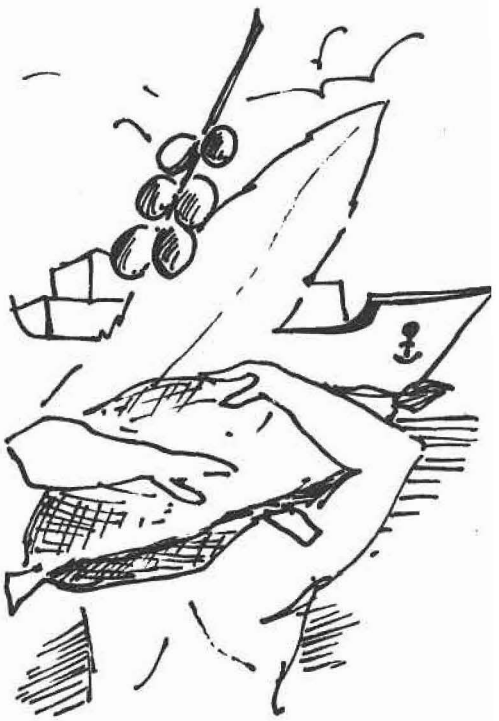
[1] A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;

[2] Os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17%.

QUADRO 09 – NORDESTE – PRODUÇAO AUTORIZADA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NA SAFRA 1988/89

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AÇÚCAR (t)	ÁLCOOL (m^3)
Rio Grande do Norte	145.000	176.000
Paraíba	150.000	346.000
Pernambuco	1.512.000	694.893
Alagoas	1.267.000	978.000
Sergipe	125.000	43.000
Bahia	95.000	26.300
TOTAL	3.294.000	2.264.193

FONTE – IAA.



BIOTECNOLOGIA

A **Portaria nº 112,** de 27/05/88, do **Ministro da Agricultura,** aprova o regimento interno da **Comissão Nacional de Biotecnologia Agropecuária – Combiagro** (**D.O.U.,** de 1º/06/88).

Cabe à **Comissão** propor diretrizes para o estabelecimento da **Política de Biotecnologia Agropecuária;** promover programas de formação de recursos humanos; promover a captação e gestão de recursos para o desenvolvimento da atividade; estimular o processo de transferência de tecnologia entre entidades públicas de pesquisa e o setor privado; gerar oportunidades de investimento na industrialização de produtos biotecnológicos na área agropecuária, etc.

CAFÉ

A **Resolução nº 48,** de 02/06/88, do **IBC,** estabelece que as **Declarações de Venda** de café verde em grão, ou seu equivalente torrado e moído, efetuadas a partir de 26/06/88, para embarque até 30/09/88, estão sujeitas à retenção temporária de duas sacas de 60,5 kg para uma saca registrada. No caso de registro de **Declarações de Venda** relativas à quota leilão, a proporção será de três sacas retidas para cada saca registrada, no caso em que o valor de aquisição do **DRDV** for igual ou superior a 50% do valor da quota de contribuição do respectivo grupo ou espécie.

A **Resolução nº 51,** de 02/06/88, do **IBC,** estabelece que, conforme as normas da **OIC,** o **Brasil** perderá o direito à parcela de sua quota anual que não for embarcada até 30/06/88; as indústrias de café solúvel que não tenham utilizado, no todo ou em parte, as quotas a elas atribuídas, terão os totais correspondentes às parcelas não registradas deduzidos em dobro das respectivas quotas de exportação que lhes venham a ser atribuídas no trimestre outubro/dezembro de 1988.

No caso em que as empresas exportadoras de café solúvel não tenham efetuado até 30/09/88 o embarque de café registrado, suas **Declarações de Venda** serão canceladas, perdendo, em favor do **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira** o valor da quota de contribuição já recolhido (**D.O.U.,** de 06/06/88).

A **Resolução nº 53,** de 30/06/88, do **IBC,** fixa preços de garantia para os cafés da safra 1988/89 e anteriores. Estes serão de Cz$ 18.400,00/saca para os cafés do tipo 6, bebida dura para melhor; Cz$ 16.000,00/saca para os tipo 7, bebida dura para melhor; Cz$ 14.000,00/saca para os do tipo 7, qualquer bebida e Cz$ 12.800,00/saca para os **robusta Conillon,** tipo 7 para melhor. Estes preços, que vigoram a



partir de 1º/07/88, serão reajustados mensalmente pela variação da **OTN** e sobre os preços corrigidos serão efetuadas quatro correções reais de 2% cada uma em 1º/08/88, 1º/09/88, 1º/10/88 e 1º/01/89.

A **Resolução nº 53,** de 30/06/88, do **IBC,** apresenta as normas de faturamento ao **Instituto** dos cafés da safra 1988/89 e remanescentes das safras anteriores (**D.O.U.,** de 04/07/88).

LEITE

A **Portaria nº 43,** de 15/06/88, da **Sunab** reajusta os preços do leite (ver Quadro 10) (**D.O.U.,** de 16/06/88).

PREÇOS DE INTERVENÇÃO

A **Portaria nº 123,** de 10/06/88, do **Ministro da Agricultura,** estabelece que, a partir de 1º/06/88, os preços de intervenção para venda dos estoques de milho, arroz e feijão (que foram estabelecidos pela **Portaria MA nº 35,** de 22/02/88) serão atualizados de acordo com a variação da **OTN** fiscal, ou em sua ausência, pelo critério **pro rata** da variação da **OTN.** O mesmo critério será válido para o piso dos preços de venda dos estoques desses produtos. A medida visa a reduzir, dentro do mês, a diferença entre a variação do preço de intervenção e a correção diária da taxa de câmbio (**D.O.U.,** de 15/06/88).

REFLORESTAMENTO

O **Decreto nº 96.233,** de 28/06/88, trata das normas para concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento florestal (**D.O.U.,** de 29/06/88).

TRIGO

A **Portaria nº 42,** de 10/06/88, da **Sunab,** fixa em Cz$ 36.408/t, o preço de venda aos moinhos do trigo importado e do trigo e/ou triticale de procedência nacional com **PH 78.** Neste valor, estão incluídas despesas com **ICM** e demais gastos necessários à entrega. A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 2.737,40/50 kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 3.501,80/50 kg o da especial (**D.O.U.,** de 13/06/88).

A **Portaria nº 47,** de 28/06/88, da **Sunab,** atribui, no segundo semestre de 1988, o quantitativo de 2,508 milhões de t como quota normal prevista e 600 mil t como quota opcional, a serem distribuídas entre as zonas consumidoras (**D.O.U.,** de 29/06/88).

A **Portaria nº 49,** de 1º/07/88, da **Sunab,** fixa em Cz$ 44.782/t o preço de venda aos moinhos do trigo em grão de procedência estrangeira e do trigo/triticale de produção nacional com **PH 78.** A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 3.339,60/50 kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 4.272,20/50 kg o da farinha especial (**D.O.U.,** de 04/07/88).

QUADRO 10 – BRASIL – PREÇOS DO LEITE A PARTIR DE 16/06/88 (Cz$/litro)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PREÇO AO PRODUTOR (MÍNIMO) Leite quota[1]	PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR Leite esterilizado[2]
PE	46,52	70,00
AL	46,52	70,00
SE	46,52	70,00
BA	46,52	70,00
MG[3]	38,67	66,20
ES[3]	38,67	66,20
RJ[3]	38,67	66,20
SP[3]	38,67	61,00
PR[3]	38,67	61,00
SC[3]	38,67	61,00
RS[3]	38,67	61,00
MS	38,67	61,00
MT[3]	38,67	66,20
GO[3]	38,67	66,20
DF[3]	38,67	66,20

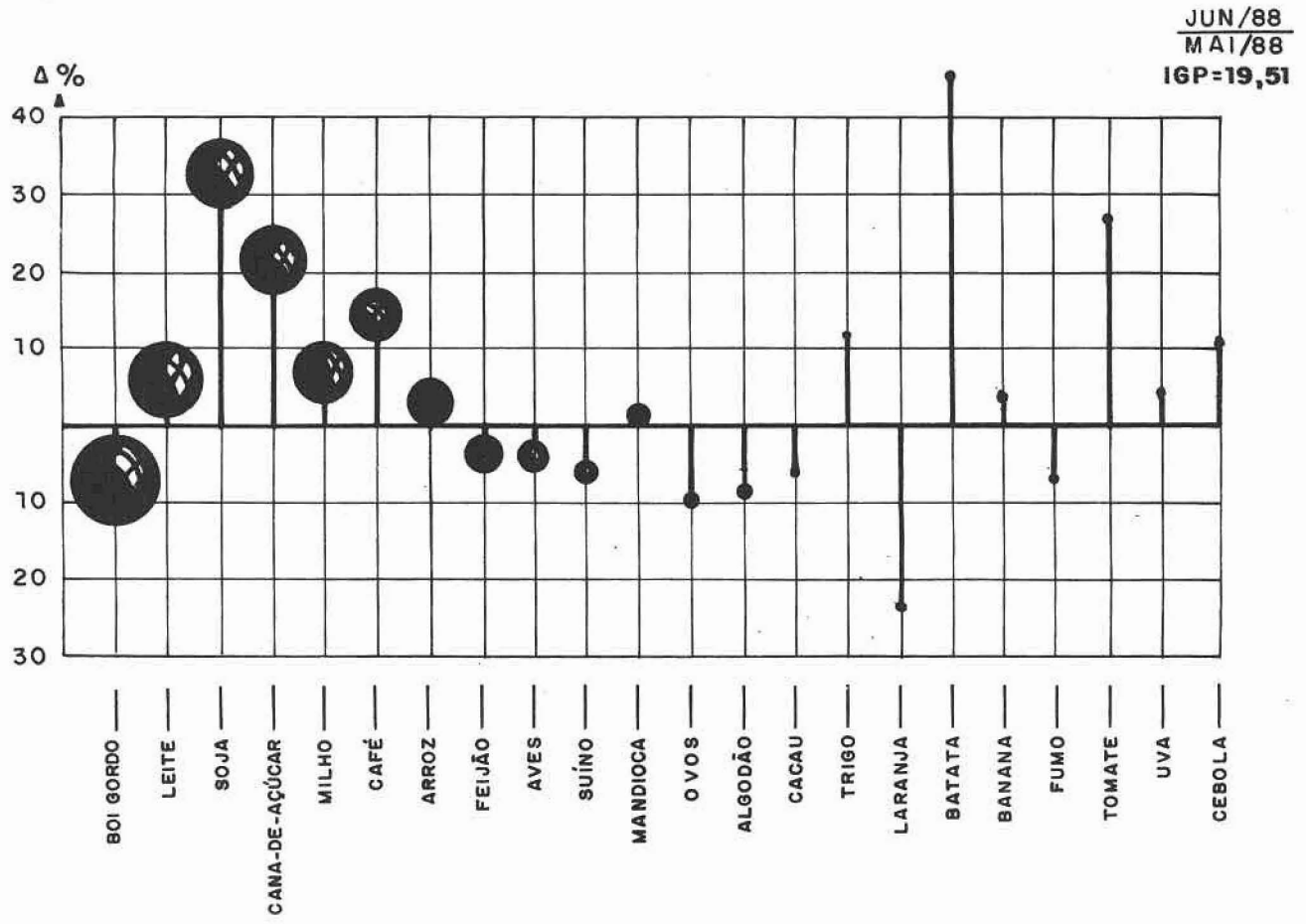
FONTE – Sunab.

1 O preço do leite-quota para indústria foi fixado em Cz$ 28,92/litro e Cz$ 36,70/litro;

2 leite esterilizado (integral, desnatado ou semidesnatado, envasado mecanicamente em embalagens invioláveis, de material cartonado), com 3% de gordura;

3 inclui o valor correspondente à incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do **IGP-DI**, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de julho)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de julho*
3 – Preço médio na última quinzena de julho*
4 – Preço médio na última semana de julho*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,03	13,60	13,78	12,93			13,60			12,51		12,44		12,40		12,15		Vendas especulativas, derivadas das informações sobre as chuvas no Meio-Oeste dos EUA deprimiram o mercado. Esperam-se boas safras na **URSS** e no **Brasil**, em 1988/89.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	75,45	58,49	57,50	57,04			58,49		56,94			57,75		58,18		58,58		A produção dos **EUA**, em 1988/89, diminuirá, passando dos 14,76 milhões de fardos da safra anterior, para 13,62 milhões de fardos.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.040,00	1.564,05	1.528,20			1.574,10			1.568,20			1.580,25		1.602,20		1.630,50		Perspectivas de continuação do excesso de oferta pressionam as cotações. Fatores monetários como a relação **libra/dólar** podem provocar oscilações conjunturais.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	103,65	133,97	132,71	128,66		133,97			133,30			132,38		131,75		131,05		Após uma queda livre nas cotações, o mercado começa a se estabilizar e deve permanecer estável até o final de setembro, quando termina o atual **Ano-Acordo.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	167,44	316,13	299,20	281,95		316,13			323,03			325,05		325,14		320,28		Tem-se como certo o comprometimento definitivo de grande parte da safra dos **EUA**, devido à estiagem.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	535,24	882,48	820,45	765,40	882,48	881,81		877,18		871,40		866,73		851,25		843,66		As cotações estão oscilando conforme as previsões climáticas. O relatório do **USDA** de 12/08 apontou quebra de safra ainda maior, de 22,6%.
SOJA FARELO US$/tonelada	165,77	263,07	247,98	237,76	258,85	256,91			255,06	252,20		248,75		246,81		244,29		Há rumores de novas compras de **pellets** pela **União Soviética**, desta feita da **Argentina**.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	263,84	384,20	263,07	362,00	384,20				395,50			398,29		380,49		354,81		A colheita do trigo de primavera dos **EUA** caiu à metade (7,23 milhões de t), segundo o **USDA**. Há influência da quebra de 37% da safra de milho norte-americana.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Bolsa de Chicago.**

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de julho de 1987, corrigido pelo IGP, para julho de 1988
2 – Preço médio no mês de julho
3 – Preço médio na última quinzena de julho
4 – Preço médio na última semana de julho
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	5.315,68	4.425,00	4.950,00	4.950,00	➡	Segundo a **CFP**, a decisão de não mais prorrogar os **EGF** deverá valorizar o produto livre no mercado. Há porém, a entrada da safra nordestina.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	3.661,01	4.677,50	4.705,00	4.760,00	➡	Apesar de as cotações terem sido recentemente "puxadas" pelo comportamento altista dos preços do **arroz agulhinha**, o início dos leilões dos estoques promove estabilidade.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	19.819,09	23.841,25	23.795,50	23.689,00	➡	Preços podem subir em decorrência dos efeitos da estiagem e do clima frio que vêm atingindo os estados produtores. A estimativa do **Conselho Nacional do Café** é de quebra na safra.
BOI GORDO Cz$/arroba	4.682,34	4.000,00	4.000,00	4.000,00	➡	Continuam os processos de retração da demanda de carne bovina e elevada oferta das carnes de aves.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contató com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	8.345,85	4.445,00	4.360,00	4.420,00	↓	Apesar da expectativa da quebra da safra de inverno em São Paulo, há uma grande disponibilidade do produto no mercado.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	122,48	124,88	138,75	136,50	↓	Permanece a situação de oferta elevada e de retração do poder aquisitivo da população.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	1.125,88	1.571,50	1.665,00	1.735,00	↓	Entressafra.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	2.653,47	3.473,75	3.372,50	3.200,00	↓	As oscilações no mercado mundial repercutem sobre os preços internos, sendo que o consumo brasileiro de farelo caiu 15% em relação a 1987. O do óleo, porém, aumentou.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

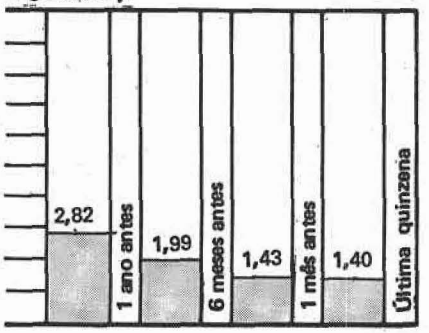
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

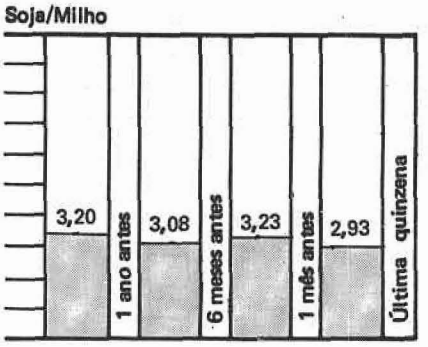
Com cerca de 60% da safra norte-americana de algodão qualificados como de bons a excelentes em meados de julho, as chuvas ocorridas nas áreas onde se desenvolve a safra fizeram com que a cotação da fibra, na quinzena, fosse 14% menor do que a de um mês antes, justificando o mais recente preço relativo **algodão/soja.**

Algodão/Soja



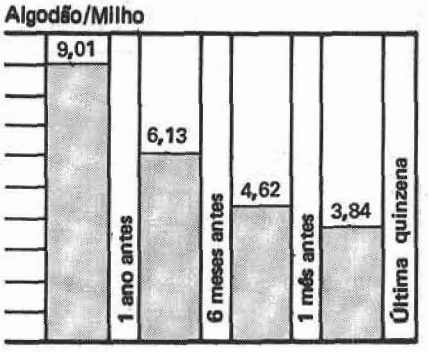
Menor do que o patamar de um mês antes, o preço relativo **soja/milho** da última quinzena, frente ao do mês anterior, reflete a queda de 12% registrada na cotação da soja, enquanto a do milho avançava 3%. A variação negativa observada no mercado da leguminosa deveu-se às chuvas que atingiram o Meio-Oeste norte-americano em meados do mês, quando a planta entrava em fase crítica do seu crescimento, fazendo os analistas reverem as previsões de perdas da safra.

Soja/Milho



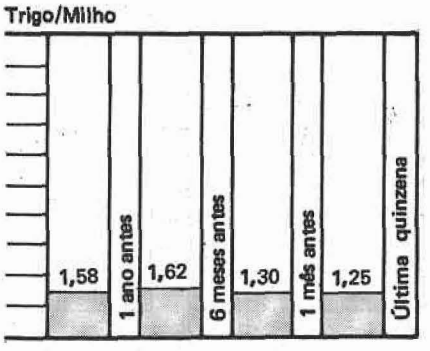
Manteve-se, na última quinzena, a tendência declinante do preço relativo **algodão/milho,** refletindo a acelerada valorização do cereal, desde que a estiagem no **Corn Belt** norte-americano comprometeu o desempenho da atual safra. Segundo analistas daquele país, as chuvas ocorridas em julho chegaram muito tarde para diminuir as dificuldades de polinização da planta.

Algodão/Milho



Menor do que o preço relativo **trigo/milho** de um mês antes, o patamar da última quinzena derivou exclusivamente da mencionada valorização do preço do milho, já que a cotação do trigo permaneceu estacionária no período. Nos **EUA,** a qualidde da safra de trigo de primavera estava sendo considerada sofrível, fator altista que, no entanto, foi **temperado** pela expectativa de que as exportações norte-americanas do produto, em 1988/89, fiquem cerca de 12% abaixo das 43,3 milhões de t registradas um ano antes.

Trigo/Milho

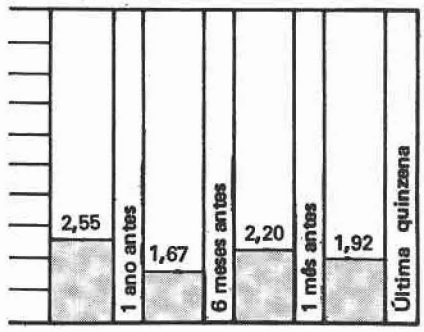


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

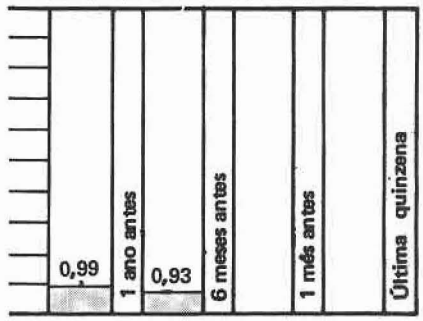
Na última quinzena, diminuiu o preço relativo **boi gordo/frango vivo**, devido aos aumentos de 37% e de 20% registrados, respectivamente, nas cotações da ave e do **boi gordo** frente a um mês antes. Conquanto as avaliações preliminares da **Associação dos Produtores de Pintos de Corte** informem que a produção de carne de aves em julho foi 10% superior à do mês precedente, os criadores forçaram a alta dos preços na tentativa de cobrir os aumentos de seus custos, derivados principalmente da valorização do milho e do farelo de soja.

Boi Gordo/Frango Vivo



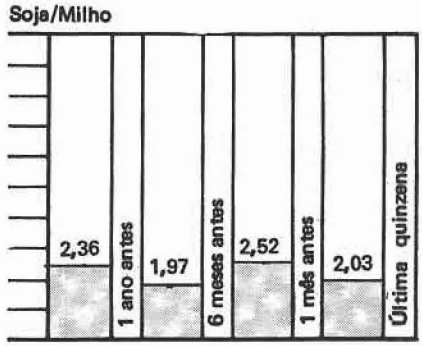
A falta de dados referentes ao preço da ração para ave de corte, compilado pelo **Instituto de Economia Agrícola** de São Paulo, impediu o cálculo do preço relativo da última quinzena e do último mês.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



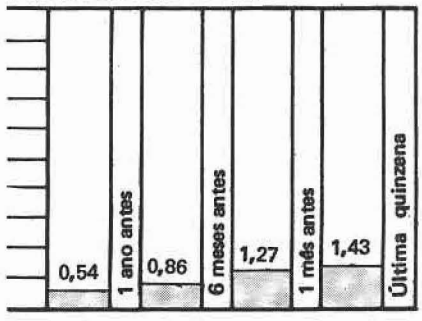
A queda de 9% observada no preço da soja da última quinzena, frente à média do mês, deu-se em conseqüência da não-sustentação dos aumentos especulativos registrados no mercado interno, a partir das notícias preliminares sobre a quebra da safra norte-americana. Como, no período, a cotação do milho elevou-se 12%, houve queda do mais recente preço relativo **soja/milho** frente ao precedente. Há um ano, a valorização relativa da leguminosa era mais acentuada.

Soja/Milho



Esgotado o estoque de **feijão-preto**, que foi desvinculado dos EGF pelas cooperativas, a oferta é cada vez menor e, os preços, que já se mantinham em patamares elevados, prosseguem em ascensão. O mercado de **feijão-de-cores** continua plenamente abastecido e se constatou redução nominal das cotações no final de julho. Este ano, o preço relativo elevou-se inusitadamente, refletindo a inexistência, até o momento, de interferências diretas do governo no sentido de controlar os preços do **feijão-preto.**

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 11 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1988, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JULHO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi*	43.902	974.120[2]
Algodão	2.663.400	2.288.357
Algodão arbóreo (em caroço)	739.088	124.839
Algodão herbáceo (em caroço)	1.824.312	2.163.518
Alho	14.447	59.769
Amendoim (em casca)	98.815	167.804
Amendoim em casca (1ª safra)	71.646	129.280
Amendoim em casca (2ª safra)	27.169	38.524
Arroz (em casca)	5.975.268	11.893.985
Banana*	453.098	508.163[3]
Batata-inglesa	173816	2.323.447
Batata-inglesa (1ª safra)	105.941	1.408.987
Batata-inglesa (2ª safra)	67.875	914.460
Cacau (em amêndoa)	663.295	345.884
Café (em coco)	2.875.474	2.747.778
Cana-de-açúcar	4.408.413	276.003.513
Castanha de caju*	318.652	100.835
Cebola	68.069	739.098
Coco-da-baía	193.459	625.292[2]
Feijão em grão	...	...
Feijão em grão (1ª safra)	3.424.392	1.742.905
Feijão em grão (2ª safra)*	2.493.413	1.274.834
Fumo (em folha)	289.151	454.481
Guaraná (semente)*	4.132	1.236
Juta (fibra)	13.533	16.054
Laranja*	801.333	74.269.844
Maçã	21.285	2.119.482.[2]
Malva (fibra)	47.269	53.249
Mamona	272.437	190.419
Mandioca	1.759.517	21.661.504
Milho (em grão)	13.177.323	25.012.236
Pimenta-do-reino	23.192	57.844
Rami (fibra)	8.100	18.000
Sisal ou Agave (fibra)	301.922	199.661
Soja (em grão)	10.561.788	18.189.991
Sorgo (em grão)	205.085	361.176
Tomate	60.738	2.205.954
Trigo (em grão)	3.461.419	5.530.796
Uva	59.117	760.403

FONTE – IBGE.

* Os dados acima referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **Produção em mil frutos;**

[3] **Produção em mil cachos.**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro